

O NOVO MOVIMENTO TEORICO

jeffrey c. alexander

A teoria sociológica vive um momento crucial. Os outrora jovens opositores da teoria funcionalista chegam à meia idade. Suas lições polêmicas foram apreendidas; como tradições consagradas, porém, suas limitações teóricas tornaram-se cada vez mais visíveis. A desesperança em face da crise da sociologia marcou o nascimento da era pós-funcionalista. Agora, quando a própria fase pós-funcionalista está chegando ao fim, percebe-se não uma crise, mas uma encruzilhada, um momento decisivo ansiosamente esperado.

Contra a dominação do funcionalismo no pós-guerra empreenderam-se duas revoluções. Por um lado, surgiram escolas radicais e estimulantes de microteorização, acentuando o caráter contingente da ordem social e a centralidade da negociação individual. Por outro lado, desenvolveram-se vigorosas escolas de macroteorização, enfatizando o papel de estruturas coercitivas na determinação do comportamento individual e coletivo. Esses movimentos transformaram o debate geral e permearam os trabalhos empíricos de alcance médio. Ao mesmo tempo em que triunfavam, contudo, a autoconfiança e o impulso desses enfoques teóricos começavam a declinar.

Esse enfraquecimento decorria de sua unilateralidade, que tornava impossível sua sustentação. Essa, pelo menos, será a tese central deste ensaio. Demonstrarei que a unilateralidade gerou contradições tanto na tradição micro como na macro. Foi, aliás, com vistas a escapar a essas dificuldades que uma geração mais jovem de sociólogos formulou um programa de trabalho de natureza inteiramente diversa. Persistem entre eles desacordos fundamentais, mas há um princípio fundante em relação ao qual todos estão de acordo: a micro e a macroteoria são igualmente insatisfatórias; ação e estrutura precisam ser agora, articuladas. Onde, até dez anos atrás, havia um clima inteiramente favorável a programas teóricos radicais e unilaterais, ouve-se contemporaneamente a exortação a uma teorização de tipo completamente diferente. Nos centros da sociologia ocidental - na Inglaterra, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos - o que está na ordem do dia é mais propriamente uma teoria que busque a síntese do que uma que insista na polêmica.

Minha pretensão neste ensaio é a de reconstruir analiticamente essa nova e surpreendente mudança no progresso da teoria geral. Devo começar, porém, por justificar o próprio projeto de uma teoria geral. Parece-me indiscutível que a teorização num nível geral - isto é, sem referência a problemas empíricos particulares ou a domínios específicos - constitui um esforço significativo, na verdade, crucial. Foi a teoria geral, por exemplo, que articulou e sustentou os desenvolvimentos que acabo de descrever. Cristalizados por amplos debates teóricos, além disso, esses desenvolvimentos não permaneceram segregados em qualquer domínio teórico abstrato. Ao contrário, permearam sucessivamente todos os subcampos empíricos da sociologia. Na sociologia norte-americana, contudo, a significação e mesmo a validade da teoria geral está submetida a constante controvérsia. Reflexo de um viés empiricista profundamente arraigado, esse questionamento torna mais difícil perceber desenvolvimentos mais amplos e discutir sobre a direção do desenvolvimento da sociologia de uma maneira racional e disciplinada. Parece claro que, como prelúdio a qualquer exercício teórico substantivo, o projeto de uma teoria geral deve ser defendido, assim como devem ser explicadas as razões de sua relevância exclusiva.

Farei essa defesa no contexto da elucidação da natureza específica de uma ciência social. Argumentarei que a predição e a explicação não são os únicos objetivos da ciência social, sendo igualmente significativas as modalidades mais gerais de discurso que caracterizam os debates teóricos. Insistirei, ademais, que estão presentes nesses discursos critérios avaliativos diferentes dos empiricistas. Depois de discutir esse ponto tentarei articular esses critérios de verdade ao nível "dos pressupostos" do discurso. Só então retornarei à questão substantiva que constitui o centro deste ensaio. Reconstruirei o desenvolvimento das respostas micro e macro à tradição funcionalista e avaliarei esses

discursos em termos dos critérios de validade que formulei. Depois de identificar os projetos teóricos que emergem como resposta aos insucessos dessas tradições micro e macro, esboçarei em grandes traços o que poderá vir a ser um modelo sintético da inter-relação entre ação e estrutura.

A Sociologia como Discurso e como Explicação

A fim de defender o projeto de uma teoria geral, é preciso convencionar que os argumentos sociológicos não dependem de um resultado explicativo imediato para serem considerados científicos. A aceitação disso pelos cientistas sociais depende, em primeiro lugar, de eles encararem, ou não, sua disciplina como uma forma nascente de ciência natural e, em segundo, de sua concepção de ciência natural. Aqueles que se opõem à teoria geral não apenas identificam a sociologia com a ciência natural como concebem esta última como uma atividade antifilosófica, observacional, proposicional e puramente explicativa. Aqueles que querem legitimar a teoria geral em sociologia, por outro lado, podem também identificar-se com a ciência natural; ao fazê-lo, apontam para as implicações de revolução no sentido de Kuhn e argumentam que empreendimentos não empíricos, filosóficos, informam e, com frequência, influenciam decisivamente a prática das ciências naturais. Essa foi a abordagem que adotei em defesa da teoria geral em meu primeiro livro, *Positivism, Presuppositions, and Current Controversies* (Alexander, 1982).

Essa defesa contra um positivismo estritamente explicativo provou-se limitada. Não há dúvida de que, em resposta àquele argumento, surgiu gradualmente entre os cientistas sociais uma concepção mais sofisticada de ciência. Isso, por sua vez, levou a uma tolerância maior em relação à teoria geral entre alguns membros do campo empiricista (1). Ao enfatizar os aspectos pessoais e subjetivos da ciência natural, porém a posição pós-positivista deixou de dar conta de sua objetividade relativa assim como se seu impressionante sucesso explicativo. Essa limitação lançou dúvidas sobre a defesa da teoria geral na ciência social. É fora de dúvida que a ciência natural tem sua própria hermenêutica. Se, no entanto, essa subjetividade não impediu a construção de poderosas leis gerais nem a acumulação de conhecimentos factuais, esses mesmos critérios estritamente empiricistas podem servir de fundamento a uma ciência social pós-positivista. Mas essa conclusão não se segue. Outros critérios além do sucesso explicativo estão profundamente implicados no debate das ciências sociais. Por comparação à ciência natural, argumentos sem referência imediata a questões factuais e explicativas são onipresentes nas ciências sociais. Somos obrigados a concluir que a estratégia de identificar a ciência social com uma ciência natural interpretativa está fadada ao fracasso. A defesa da teoria geral na ciência social não pode, portanto, basear-se inteiramente na redefinição da ciência natural operada por Kuhn (2). Ela deve diferenciar a ciência social da natural de um modo decisivo. Que ambas compartilham uma epistemologia interpretativa é o começo e não o fim do argumento.

É preciso, pois, reconhecer que a hermenêutica científica pode influir em tipos de atividade científica muito diferentes. Caso contrário, o papel fundamental da teoria geral nas ciências sociais, por contraste com as naturais, não pode ser verdadeiramente compreendido, e muito menos aceito como uma atividade legítima. Apenas na medida em que se reconhece sua significação é que os critérios de verdade implícitos em tal teoria geral podem ser formalizados e submetidos ao debate racional explícito.

Que a ciência possa ser concebida como uma atividade hermenêutica não determina os tópicos particulares aos quais a atividade científica se volta em cada disciplina científica. No entanto, é precisamente a alocação de tal atividade que é responsável pelo "clima" relativamente empírico ou teórico de uma disciplina. Pós-positivistas declarados reconheceram que a ciência natural moderna pode ser distinguida de outros tipos de estudos por sua capacidade de excluir de seu objeto a ancoragem subjetiva em que se funda. Por exemplo, embora Holton tenha demonstrado exaustivamente que temas arbitrários e supra-empíricos afetam profundamente a física moderna, ele não deixa de insistir (1973, p. 330-331) em que nunca defendeu a introdução de discussões temáticas "na prática da própria ciência." Ele até mesmo sugere que "a ciência apenas começou a crescer rapidamente quando tais questões foram excluídas dos laboratórios." Mesmo Collingwood, filósofo claramente idealista, que insistia em que a prática científica se baseia em supostos metafísicos, admitia (1940, p. 33) que "a tarefa do cientista não é propor essas questões, mas apenas pressupô-las."

Por que, a despeito dos aspectos subjetivos de seu conhecimento, podem os cientistas naturais operar tal

exclusão? A resposta a essa pergunta é importante, pois ela nos dirá porque o cientista social não pode. A alocação da atividade científica depende do que os seus praticantes consideram intelectualmente problemático. E é porque os cientistas naturais freqüentemente concordam sobre os princípios gerais que informam seu ofício que questões empíricas mais delimitadas podem receber sua atenção. Isso é precisamente o que autoriza a ciência normal no sentido de Kuhn (1970) a prosseguir como uma atividade de solução de problemas empíricos específicos. Habermas é também particularmente sensível à relação entre essa especificidade empírica e o acordo generalizado. Caracterizando a ciência natural enquanto tal como a ciência normal, ele escreve que (1971, p. 91) "o resultado genuíno da ciência moderna não consiste na produção da verdade (mas em) um método de chegar a um consenso voluntário e permanente."

Questões supra-empíricas só são abordadas explicitamente se há desacordo sobre os supostos de fundo que informam uma ciência. É o que Kuhn chama de crise de paradigma. E é nessas crises, segundo ele, que ocorre "uma volta à filosofia e ao debate sobre os fundamentos." Nos períodos normais da ciência, essas dimensões não-empíricas são camufladas; por essa razão, hipóteses especulativas parecem poder ser decididas por referência ou a dados dos sentidos, que são relativamente acessíveis, ou a teorias cuja especificidade torna sua relevância para tais dados imediatamente visível. Isso não acontece na ciência social, porque em sua aplicação social a ciência produz um desacordo muito maior. E porque esse desacordo amplo e persistente existe, os supostos fundamentais, implícitos e relativamente invisíveis na ciência natural, irrompem vividamente na ciência social. As condições definidoras da crise do paradigma nas ciências naturais são a rotina nas sociais (3).

A ênfase na importância do dissenso na ciência social não precisa levar ao relativismo radical. Pois a possibilidade de conhecimento racional nas ciências sociais permanece, mesmo se se abandona o ideal da objetividade empiricista. E essa perspectiva não nega necessariamente nem a possibilidade de construção de leis gerais de processos sociais, nem a busca de predições relativamente acertadas (4). É possível acumular conhecimento sobre o mundo a partir de pontos de vista diferentes e em competição (cf. Wagner, 1984). É também possível sustentar leis gerais relativamente preditivas a partir de orientações gerais substancialmente diferentes.

Minha sugestão, no entanto, é de que, nas condições das ciências sociais, o acordo consistente sobre a natureza precisa do conhecimento empírico, e mais ainda o acordo sobre as leis gerais explicativas, são altamente improváveis. Porque a competição entre perspectivas fundamentais é rotineira, os supostos fundamentais da ciência social são rotineiramente visíveis. A discussão generalizada é uma discussão sobre as origens e conseqüências do dissenso fundamental. Uma vez que os supostos fundamentais são tão visíveis, a discussão geral se torna parte integrante do debate nas ciências sociais, tanto como a própria atividade explicativa. Na ciência social, portanto, argumentos sobre validade não podem referir-se apenas a questões empíricas. Eles cortam a gama completa de compromissos não-empíricos que sustentam pontos de vista diferentes.

Positivistas responderão a este argumento sugerindo que o desacordo generalizado, longe de ser a fonte da diferença entre a ciência natural e a social, é antes seu resultado. Concluem (por exemplo, Wallace, 1971) que se os sociólogos fossem mais fiéis ao rigor e à disciplina da ciência natural, a natureza geral e especulativa da discussão nas ciências sociais diminuiria e o desacordo poderia eventualmente desaparecer. Essa posição é fundamentalmente equivocada. O dissenso amplo é inerente à ciência social, por razões cognitivas e valorativas.

Na medida em que os objetos de uma ciência se localizam no mundo físico exterior à mente, seus referentes empíricos podem, em princípio, ser mais facilmente verificados pela comunicação interpessoal. Na ciência social, os objetos de estudo são estados mentais ou condições que envolvem estados mentais. Por essa razão, a possibilidade de confusão entre os estados mentais do observador e os do observado é endêmica. Essa é a versão das ciências sociais do Princípio de Incerteza de Heisenberg.

A resistência ao simples acordo sobre referentes empíricos também emana do caráter distintivamente valorativo da ciência social. Em contraste com a ciência natural, há na ciência social uma relação simbiótica entre descrição e avaliação. As próprias descrições dos objetos de estudo têm implicações ideológicas. A sociedade deve ser chamada de "capitalista" ou de "industrial"? Ocorreu "proletarização", "individualização" ou "atomização"? Cada caracterização dá início ao que Giddens (1970) chamou de dupla hermenêuti, uma interpretação da realidade com o potencial de entrar na vida social e retornar, afetando por sua vez as definições do intérprete. Se já é difícil, por razões cognitivas e valorativas, chegar a um consenso sobre os simples referentes empíricos da ciência social, isso é ainda mais difícil nas

abstrações a partir daqueles referentes que formam a substância da teoria social.

Finalmente, é por causa desse desacordo empírico e teórico endêmico que a ciência social se divide em tradições e escolas. Esses grupos solidários não são simplesmente manifestações de desacordo científico, mas bases sobre as quais tais desacordos são promovidos e mantidos. Ao invés de considerar o desacordo e a comunicação distorcida que o acompanha como um mal necessário, muitos teóricos da ciência social (p. ex., Ritzer, 1975) tomam o conflito entre escolas como indicador do caráter saudável de uma disciplina.

Por todas essas razões, o discurso - e não apenas a explicação - se torna um traço importante no campo da ciência social. Por discurso, refiro-me a modos de argumentação que são mais consistentemente generalizados e especulativos que as discussões científicas normais. Estas últimas se ocupam, de modo disciplinado, de peças específicas de evidência empírica, de lógicas indutivas e dedutivas, de explicação através de leis gerais, e dos métodos através dos quais essas leis podem ser verificadas ou falsificadas. O discurso, ao contrário, se volta para o raciocínio. Ele se dirige ao processo de raciocinar mais que os resultados da experiência imediata, e se torna significativo onde não existe verdade clara e evidente. O discurso visa à persuasão pelo argumento mais que à predição. Sua capacidade de persuadir se baseia em qualidades como coerência lógica, grau de abrangência, riqueza interpretativa, relevância valorativa, força retórica, beleza, e textura do argumento.

Foucault (1970) identifica as práticas intelectuais, científicas e políticas com "discursos" a fim de negar-lhe o *status* meramente indutivo e empírico. Por essa via, ele insiste em que as atividades práticas são constituídas e conformadas historicamente por compreensões metafísicas que podem definir uma época inteira. Também a sociologia é um campo discursivo. Nela, encontra-se pouco da homogeneidade que Foucault atribui a tais campos; na ciência social há discursos, não um discurso. Esses discursos, ademais, não são diretamente ligados à legitimação do poder, como Foucault passa a afirmar insistentemente em sua obra posterior. Os discursos na ciência social têm como alvo a verdade, e são constantemente submetidos a estipulações racionais sobre como se pode chegar à verdade e sobre qual pode ser essa verdade.

Baseio-me aqui na compreensão de Habermas (p. ex, 1984) do discurso como parte de um esforço que os interlocutores fazem para atingir a comunicação não distorcida. Se Habermas subestima as qualidades irracionais da comunicação - e da ação - ele certamente descobriu um modo de conceitualizar suas aspirações racionais. Suas tentativas sistemáticas de identificar modos de argumento e critérios para chegar à justificação persuasiva mostram como se pode combinar compromissos racionais com o reconhecimento de argumentos supra-empíricos. O campo real do discurso da ciência social oscila entre o discurso racionalizante de Habermas e o discurso arbitrário de Foucault.

E é por causa da centralidade do discurso que a teoria das ciências sociais é tão multivalente e que os esforços (p. ex., Wallace, 1971) no sentido de seguir compulsivamente a lógica da ciência natural são fadados ao fracasso (5). Seguidores da orientação positivista sentem a tensão entre essa concepção multivalente e seu ponto de vista empiricista, e para resolvê-lo privilegiam a "teoria" relativamente ao que pejorativamente chamam de meta-teoria (Turner, 1986) e chegam até mesmo a excluir a teoria em favor de uma concepção estrita de "explicação" (Stinchcombe, 1968). Essas distinções, porém, se parecem mais com tentativas utópicas de fugir à ciência social, do que com esforços para compreendê-la. O discurso geral é central, e a teoria é inerentemente multivalente. Se a ciência social pudesse, de fato, adotar uma estratégia exclusivamente explicativa, por que um empiricista confesso como Stinchcombe se sentiria obrigado à tarefa de defender o empiricismo discursivamente? Pois a substância dos argumentos de Stinchcombe (1968, 1978) é raciocínio; seu objetivo é persuadir pela força demonstrativa da lógica geral.

Sobredeterminação pela Teoria e Subdeterminação pelo Fato

A onipresença do discurso, e as condições que a criam, geram a sobredeterminação da ciência social pela teoria e sua subdeterminação pelo que é tomado como fato. Não há referência clara e indiscutível para os elementos que compõem a ciência social - definições, conceitos, modelos ou "fatos". Por isso, não há regras de correspondência entre diferentes níveis de generalidade. Formulações a um nível não são claramente traduzíveis para outros níveis. Por

exemplo, embora estimativas empíricas precisas de correlações entre duas variáveis possam ser estabelecidas algumas vezes, essas correlações raramente servem para provar ou desprovar uma proposição sobre essa inter-relação estabelecida em termos mais gerais. Isso porque a existência de dissenso empírico e ideológica permite que os cientistas sociais operacionalizem as proposições de modos diferentes.

Consideremos, por exemplo, dois dos mais cuidadosos esforços recentes de relacionar dados à teoria mais geral. Em uma tentativa de testar sua recente teoria estrutural, Blau começa com uma proposição a que chama de teorema do tamanho - a noção de que uma variável puramente ecologia, tamanho do grupo, determine as relações para fora do grupo (Blau, Blum, Schwartz, 1982, p. 46). Baseado em dados que incluem não só o tamanho do grupo mas também sua taxa de casamentos, ele afirma (p. 47) que a relação encontrada entre taxa de casamentos e tamanho do grupo verifica o teorema do tamanho. Por quê? Porque os dados demonstram que "o tamanho do grupo e a proporção de casamentos exógamos se relacionam inversamente." Mas a exogamia é um dado que, de fato, não operacionaliza "relações extragrupo." É um tipo de relação extragrupo entre outras, e, como o próprio Blau reconhece, um tipo no qual entram outros fatores além do tamanho do grupo. Relação extragrupo, em outras palavras, não tem um referente claro. Por isso, a correlação entre o que é tomado como seu indicador e tamanho do grupo não pode verificar a proposição geral sobre a relação entre tamanho do grupo e relações extragrupo. Os dados empíricos de Blau, portanto, estão desarticulados de sua teoria, a despeito de sua intenção de relacioná-los de um modo teoricamente decisivo.

No ambicioso estudo de Lieberson (1980) sobre imigrantes negros e brancos nos Estados Unidos desde 1880 aparecem problemas similares. Lieberson começa com a proposição não muito formalizada de que "a herança da escravidão" é responsável pelos diferentes níveis de desempenho entre os imigrantes negros e europeus. A operacionalização dessa proposição é feita em duas etapas. Primeiro, a herança é definida em termos de "falta de oportunidade" para os antigos escravos, e não em termos culturais. Segundo, ele define oportunidade em termos dos dados que elaborou sobre as taxas variáveis de educação e segregação residencial. Ambas operacionalizações, porém, são altamente contestáveis. Não apenas outros cientistas sociais definiriam a herança da escravidão em termos diferentes - por exemplo, em termos culturais - mas também oportunidades poderiam ser concebidas de outros modos que não educação e residência. Porque não há, portanto, relação necessária entre as taxas que Lieberson identificou e diferenças de oportunidade, não pode haver certeza de que seus dados demonstrem a proposição mais geral que relaciona desempenho e herança. A correlação medida, é claro, se sustenta por si mesma como uma contribuição empírica. A contribuição teórica mais ampla, no entanto, não se dá, pois a correlação não pode testar a teoria a que se destina.

É bem mais fácil encontrar exemplos do problema oposto, a sobredeterminação dos "fatos" empíricos pela teoria, uma vez que em virtualmente todo estudo teórico amplo a amostragem dos dados empíricos é aberta a discussão. Em *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, por exemplo, a equação de Weber (1958 [1904-1905]) do espírito do capitalismo com os empresários ingleses dos séculos XVII e XVIII tem sido amplamente contestada. Se os capitalistas italianos das primeiras cidades-estado modernas são vistos como manifestações do espírito capitalista (p. ex., Trevor-Roper, 1965), então a correlação de Weber entre capitalistas e puritanos se baseia numa amostra restrita e não serve para substanciar sua teoria. Na medida em que isso for verdade, os dados empíricos de Weber foram sobre-selecionados por sua referência teórica à ética protestante.

Distância similar entre a teoria geral e indicadores empíricos pode ser encontrada no famoso estudo de Smelser, *Social Change in the Industrial Revolution* (1959). Em sua teoria, Smelser propõe que as mudanças nos papéis na família, e não os levantes industriais em si mesmos, foram responsáveis pelas atividades radicais de protesto dos trabalhadores ingleses nos anos 1820. Em sua narrativa histórica, ele descreve as mudanças fundamentais na estrutura da família e as localiza na seqüência que sugere. Os dados de arquivos que apresenta em seção mais técnica (Smelser, 1959, p. 188-199), no entanto, parecem indicar que essas mudanças na família não começaram senão uma ou duas décadas depois do começo de importantes disputas industriais. Sua preocupação teórica com a família sobredeterminou a apresentação dos dados em sua narrativa histórica, da mesma forma que seus dados mais técnicos, de arquivos, subdeterminaram sua teoria geral (6).

O mesmo tipo de sobredeterminação, produzido por uma teoria muito diferente, pode ser exemplificado no trabalho mais recente de Skocpol (1979), em que ela procura documentar uma teoria histórica e comparativa. Ela se propõe (p. 18) a assumir um "ponto de vista impessoal e não subjetivo" sobre as revoluções, dando significação causal

apenas a "situações e relações de grupos institucionalmente determinadas." Ela está à procura de dados empíricos da revolução e o único *a priori* que admite é seu compromisso com o método comparativo (p. 33-40). Reconhece em várias passagens, porém, o papel desempenhado pela cultura política local e pelos direitos tradicionais (p. ex., p. 62, 138), bem como a necessidade de dar atenção (embora breve) aos temas da liderança e da ideologia (p. 161-173). Ao fazê-lo, a sobredeterminação teórica de seus dados torna-se visível. Suas preocupações com a estrutura a levaram a deixar de fora dos dados que analisa o contexto cultural e intelectual da revolução (7). Sua interpretação decididamente estruturalista dos fatores subjetivos que menciona só é possível por causa da inexistência desses dados contrários.

A subdeterminação empírica da teoria e a sobredeterminação teórica dos dados ocorrem simultaneamente, em toda parte. Como resultado, a ciência social é essencialmente contestável, tanto em suas declarações factuais mais específicas, como em suas generalizações mais abstratas. Cada conclusão empírica é aberta à discussão que parta de considerações supra-empíricas, e cada proposição geral pode ser contestada por referência a "fatos empíricos" inexplicados.

Desse modo, cada proposição na ciência social está sujeita à demanda de justificar-se por referência a princípios gerais (8). Argumentos contra o trabalho de Blau não precisam limitar-se à demonstração empírica de que considerações estruturais são apenas um dos diversos determinantes da exagomia; pode-se, em vez disso, demonstrar que a própria formulação de uma causalidade puramente ecológica se funda em pressupostos da ação de natureza excessivamente instrumental. Ao considerar o trabalho de Lieberman é possível contornar a questão empírica da relação entre educação e oportunidades objetivas de modo semelhante. É possível construir o argumento discursivo segundo o qual o foco exclusivo na herança da escravidão, e sua operacionalização em termos estritamente estruturais, refletem não apenas um programa ideológico *a priori* mas também uma adesão a modelos estritamente conflitivos da sociedade. O trabalho de Smelser pode ser criticado discursivamente pelo questionamento de sua adequação lógica ou pela crítica à ênfase dos primeiros modelos funcionalistas na internalização dos valores da família. O argumento de Skocpol também pode ser avaliado sem referência aos dados empíricos da revolução. Poderia ser demonstrado, por exemplo, que ela compreende mal as "teorias voluntaristas da revolução" - seu alvo polêmico - na medida em que as considera teorias individualistas que presumem conhecimento racional das conseqüências da ação.

Formular tais argumentos é participar do discurso e não da explicação. Como Seidman (1983, a sair) esclareceu, o discurso não implica no abandono da busca da verdade. A verdade não precisa limitar-se ao critério da validade empírica testável. Cada tipo de discurso implica em distintos critérios de verdade. Esses critérios ultrapassam a adequação empírica ao fazer afirmações sobre a natureza e conseqüências de pressupostos, sobre a formulação e adequação de modelos, as conseqüências das ideologias, as meta-implicações dos métodos, e as conotações das definições. Na medida em que essas proposições se explicitam, elas podem ser consideradas como esforços no sentido de racionalizar e sistematizar a complexidade da análise social e da vida social, geralmente apenas intuídas. Controvérsias entre metodologias interpretativas e causais, entre concepções utilitárias e normativas da ação, entre modelos de equilíbrio e de conflito da sociedade, entre teorias radicais e conservadoras da mudança, todas essas controvérsias são discursivas e não explicativas. Elas são o reflexo dos esforços dos sociólogos para formular critérios de "verdade" para diferentes domínios não-empíricos.

Por essa razão, não é surpreendente que a resposta da disciplina a estudos importantes apresente tão pouca semelhança com as respostas claras e circunscritas sugeridas pelos defensores da "lógica da ciência:" *States and Social Revolutions*, de Skocpol, por exemplo, foi analisado em todos os níveis. Seus pressupostos, ideologia, modelo, método, definições, conceitos e até mesmo seus fatos foram sucessivamente clarificados, discutidos e elogiados. O que estava em jogo eram os critérios de verdade por ela empregados para justificar suas posições em cada um desses níveis. Só uma pequena parte da resposta da disciplina a seu trabalho envolveu o teste sistemático de suas hipóteses ou a reanálise de seus dados. Não é certamente nesses termos que se chegará a uma decisão sobre a validade de sua abordagem estrutural (9).

Na discussão que segue, pretendo sugerir que uma boa parte da história recente da sociologia pode ser interpretada em termos da perspectiva que acabo de esboçar. Tentarei demonstrar que o valor de verdade desses desenvolvimentos recentes deve ser considerado em termos discursivos.

Formações Discursivas no Pós-Guerra

Por ser discursiva, a sociologia pode progredir num sentido estritamente empírico sem que isso implique em qualquer progresso em termos teóricos mais gerais. Argumentos discursivos, e os critérios racionais por eles implicados, são apenas subjetivamente cogentes. Eles são aceitos por razões que independem de testes empíricos convencionais. O que equivale a dizer que a ciência social se desenvolve dentro de escolas e tradições. E seu fluxo lembra mais o movimento de uma conversa que os passos de uma demonstração racional. Move-se num sentido e noutro entre pontos de vista limitados e profundamente enraizados. Assemelha-se mais a um pêndulo que a uma reta.

Se refletirmos sobre a teoria sociológica a partir da Segunda Guerra, veremos precisamente esse movimento pendular. A divisão entre teorias da ação e teorias estruturais, que marcou (muito esquematicamente) os últimos vinte e cinco anos, não aconteceu num vácuo histórico. Cada ponto no movimento de um pêndulo responde ao movimento precedente.

O discurso sobre ação *versus* estrutura surgiu como reação ao estrutural-funcionalismo de Parsons. Parsons tentou acabar de uma vez por todas com as "escolas em conflito." Tentou compatibilizar idealismo e materialismo em sua teoria sistêmica, fazendo o mesmo com a ação voluntária e a determinação estrutural em sua teoria sobre o indivíduo. Embora em certos aspectos fundamentais sua teoria seja a mais refinada e de maiores implicações, seu esforço integrador não teve sucesso. Em parte, o problema era intelectual, pois ele não realizou sua síntese de modo imparcial (Alexander; 1983). Apesar de reconhecer o caráter contingente da ação, ele estava mais interessado na socialização dos indivíduos; apesar de formalmente incorporar as estruturas materiais, ele se dedicou muito mais à teorização do controle normativo. Mas também há razões sociológicas para o insucesso de Parsons. Como as idéias a que Weber chamou de guarda-freios da história, as vertentes intelectuais do trabalho de Parsons serviram de trilhos para os interesses das escolas e tradições teóricas idealistas e materialistas. As tradições idealistas e estruturalista estão profundamente enraizadas no desenvolvimento histórico das ciências sociais; seria preciso mais que uma formulação teórica sofisticada - mesmo uma que pudesse realizar uma síntese de modo mais consistente - para desalojá-las.

Assim, embora a teoria funcionalista de Parsons tenha aberto caminhos para a teoria e para a pesquisa no pós-guerra, o pêndulo teria que voltar. Surgiram poderosas teorias que abriram a caixa preta da ordem contingente: eram brilhantes reformulações do pensamento pragmático e fenomenológico. A outra nova tendência se opunha à idealização da ação em Parsons Retornando a Marx e à vertente instrumental do pensamento de Weber, a teoria "estrutural" desenvolveu novas e poderosas versões da macrosociologia.

Não se pode negar que essa reação pós-funcionalista freqüentemente tomou uma forma decididamente empírica em que os estudiosos freqüentemente se deixaram persuadir por causa dos novos fatos e melhores explicações que oferecia. O interacionismo simbólico e a etnometodologia realizaram estudos inovadores do desvio, do comportamento coletivo e dos papéis sociais. Além disso, as polêmicas metodológicas associadas a esses estudos convenceram muitos sociólogos de que abordagens mais individualistas e naturalistas podiam permitir melhor acesso à realidade. O movimento estrutural também produziu avanços empíricos convincentes em campos como estratificação, modernização e mudança social, e em metodologias de inclinação mais concreta, histórica e comparativa.

Convém ressaltar, no entanto, que o sucesso disciplinar desses movimentos pós-funcionalistas não se baseou nesses avanços empíricos. Em primeiro lugar, eles nunca foram exclusivamente empíricos. Eles faziam parte, e eram expressão, de compromissos mais gerais de tipo supra-empírico. Tais compromissos teóricos eram manifestos e não latentes; como tais, eles próprios se tornaram focos principais no movimento pós-funcionalista. Em outras palavras, os opositores pós funcionalistas não se envolveram em estudos empíricos, mas em uma miríade de disputas teóricas altamente generalizadas. Essas disputas eram onipresentes; chegavam mesmo ao trabalho empírico mais ostensivo. Em suma, o movimento pós-funcionalista se originava tanto no discurso como na explicação; em relação a Parsons, e cada uma das vertentes em relação à outra, ele se justificava pela argumentação e não só pelos procedimentos empíricos de verificação ou falsificação.

No passo seguinte, considerarei os pressupostos dessas perspectivas sobre a natureza da ação individual e da ordem coletiva. Tentarei mostrar o que os contemporâneos acharam particularmente atraente nesses pressupostos,

apesar de que cada tradição concebesse ação e ordem de modo claramente unilateral e limitado. Não estarei, portanto, apenas examinando argumentos discursivos, mas participando deles. Tentarei ainda demonstrar quais são essas limitações e sugirirei que, num modelo mais sintético, elas podem, em princípio, ser superadas.

Pressupostos e Dilemas Teóricos

Por pressupostos (Alexander, 1982a, 1987b), entendo as suposições mais gerais que os sociólogos fazem quando se defrontam com a realidade. Cada teoria social e cada trabalho empírico tomam posições *a priori* que permitem que os observadores organizem nas categorias mais simples os dados dos sentidos que entram em suas mentes. E é só nessa base que são possíveis as manipulações mais conscientes que constituem o pensamento racional ou científico. Os pressupostos são objetos do discurso, e são até mesmo discursivamente justificados. Em sua maioria, contudo, se originam em processos que precedem ao próprio exercício da razão.

Talvez a coisa mais óbvia que, em seus encontros com a realidade, os estudiosos da vida social devem pressupor seja a natureza da ação. Na era moderna, quando se pensa sobre a ação, discute-se se ela é racional ou não. Isso, obviamente, não implica na equação de senso comum ou racional com o bom e atilado e do irracional com o mau e estúpido. Na ciência social moderna, essa dicotomia se aplica às pessoas como egoístas (racionais) ou idealistas (não-racionais), como normativas e morais (não-racionais) ou instrumentais e estratégicas (racionais), como agindo em termos de maximizar a eficiência (racionalmente) ou como governadas pelas emoções e desejos inconscientes (não-racionalmente). Em termos de orientações empíricas, essas descrições da ação racional e da ação irracional certamente diferem em aspectos relevantes específicos. Em termos da prática teórica, porém, essas orientações formam dois tipos-ideais. Na história da teoria social esses tipos-ideais do racional e do irracional têm marcado tradições teóricas distintas, determinando argumentos discursivos de tipo mais polêmico (10).

Como definir essas tradições em termos que superem, mas não violem, as diferenças mais finas em que se baseiam, de tal modo que, por exemplo, as teorias moralistas e emocionalistas possam ser vistas como parte da tradição "não-racionalista"? A resposta é extremamente simples: ela consiste em formular a dicotomia em termos da referência interna ou externa da ação (Alexander, 1982a, p. 71-79). As abordagens racionalistas ou instrumentais retratam os atores como movidos por forças fora deles, enquanto que as abordagens não-racionalistas sugerem que a ação é motivada de dentro dos atores. É possível em princípio, supor que a ação pode tanto ser racional quanto irracional, mas é surpreendente quão raramente, na história da teoria social, essa interpretação tem sido efetivamente proposta.

Responder à questão central sobre a ação não é o bastante, porém. É necessário pressupor também uma segunda questão maior. Refiro-me ao famoso "problema da ordem", embora o defina de maneira ligeiramente diferente do que tem sido tipicamente o caso. Os sociólogos são sociólogos porque acreditam que a sociedade têm padrões, estruturas de alguma maneira diferentes dos atores que a compõem. Concordando embora com a existência de tais padrões, os sociólogos estão freqüentemente em desacordo sobre como na realidade a ordem é produzida. Uma vez mais formularei esses desacordos em termos de tipos ideais dicotômicos, porque é exatamente esse desacordo cumulativo que caracteriza a história empírica e discursiva do pensamento social (Ekeh, 1974 e Lewis e Smith, 1980). Essa dicotomia opõe as posições individualista e coletivista.

Quando os pensadores assumem uma posição coletivista, consideram os padrões sociais como preexistindo a qualquer ato individual específico, em certo sentido como produtos da história. A ordem social se impõe a indivíduos recém-nascidos como um fato estabelecido fora deles. Se quisermos evitar a confusão derivada das primeiras formulações dessa posição por Durkheim (1937 [1895]), evitando por outro lado a necessidade de "corrigir" os erros de Durkheim com justificativas discursivas igualmente unilaterais (11), certas observações devem ser feitas imediatamente sobre essa definição de coletivismo. Ao escrever sobre adultos, os coletivistas geralmente reconhecem que a ordem social existe tanto dentro do indivíduo como fora dele; essa é uma qualificação importante, à qual retornaremos. Seja conceitualizada como dentro ou fora do ator, entretanto, a posição coletivista não concebe a ordem como produto de considerações puramente instantâneas ou momentâneas. De acordo com a teoria coletivista, cada ator individual é empurrado na direção da estrutura preexistente; se essa direção é apenas uma probabilidade ou um destino

determinado depende de refinamentos da posição coletivista que serão considerados adiante.

Teorias individualistas freqüentemente reconhecem que tais estruturas extra-individuais parecem existir na sociedade, assim como reconhecem que existem padrões intelegíveis. Insistem, contudo, em que esses padrões são o resultado da negociação individual. Acreditam que as estruturas são não só "portadas" pelos indivíduos, mas na realidade produzidas pelos portadores no curso de suas interações individuais. O suposto é que os indivíduos podem alterar os fundamentos da ordem a cada momento sucessivo no tempo histórico. Os indivíduos, desse ponto de vista, não carregam a ordem dentro de si. Eles antes obedecem ou se rebelam contra a ordem social - mesmo em relação a valores que guardam dentro de si mesmos - de acordo com seus desejos individuais.

Uma vez mais, a possibilidade de combinar alguns elementos desta posição com uma ênfase mais coletivista será tratada adiante. O que importa enfatizar neste ponto é que problemas de ação e de ordem não são operacionais. Cada teoria deve tomar uma posição sobre ambos. As permutações lógicas entre pressupostos formam as tradições fundamentais da sociologia. Como tais, formam os eixos mais importantes em torno dos quais se desenvolve o discurso da ciência social.

É por isso que os pressupostos são tão centrais ao discurso. O estudo da sociedade se desenvolve em torno das questões da liberdade e da ordem, e cada teoria se aproxima mais ou menos de cada um desses pólos. Os homens e mulheres modernos acreditam que os indivíduos são dotados de livre-arbítrio e que, por causa dessa capacidade, agem confiavelmente de modo responsável. Até certo ponto, essa crença tem sido institucionalizada nas sociedades ocidentais. Os indivíduos têm sido escolhidos como as unidades políticas e culturais privilegiadas. Esforços legais têm sido feitos para protegê-los do grupo, do estado, e de outros órgãos coercitivos, como a igreja.

Os teóricos da sociologia, sejam eles individualistas ou coletivistas, estão provavelmente tão comprometidos como qualquer cidadão com a autonomia do indivíduo. Na verdade; a sociologia surgiu como disciplina como resultado dessa diferenciação do indivíduo na sociedade, pois foi a independência do indivíduo e o crescimento de sua capacidade de pensar livremente a sociedade que permitiu que a própria sociedade fosse concebida como um objeto de estudo independente. É a independência do indivíduo que torna a ordem problemática, e é essa problematização da ordem que torna a sociologia possível. Ao mesmo tempo, os sociólogos reconhecem que a atividade quotidiana do indivíduo tem um caráter padronizado. É essa tensão entre liberdade e ordem que fornece a base intelectual e moral da sociologia. Os sociólogos exploram a natureza da ordem social, e justificam discursivamente as posições que adotam em relação a essa questão, porque estão profundamente interessados em implicações da ordem para a liberdade individual.

As teorias individualistas são atraentes porque preservam a liberdade individual de modo aberto, explícito e persistente. Seus postulados a priori supõem a integridade do indivíduo racional ou moral, e a capacidade que o ator tem de agir livremente contra sua situação, definida em termos materiais ou culturais. Essa convergência natural entre o discurso ideológico e o explicativo faz do individualismo uma corrente poderosa no pensamento moderno.

A teoria social emergiu de um longo processo de secularização e rebelião contra as instituições hierárquicas da sociedade tradicional. No Renascimento, Maquiavel sublinhou a autonomia do príncipe racional para refazer o mundo. Os teóricos ingleses do contrato, como Hobbes e Locke, se libertaram das restrições tradicionais produzindo um discurso que tornava a ordem social dependente da negociação individual e, assim, do contrato social. O mesmo caminho foi seguido por alguns dos principais pensadores do Iluminismo francês. Cada uma dessas tradições individualistas era fortemente racionalista. Embora enfatizassem diferentes tipos de necessidades individuais - poder, felicidade, prazer, segurança - cada uma delas retratava a sociedade como uma emanção das escolhas de atores racionais. A ponte conceitual crucial entre essas tradições e a teoria contemporânea nas ciências sociais foi o Utilitarismo, particularmente a economia clássica, cuja teoria da regulação invisível dos mercados oferecia uma explicação empírica elegante de como agregar decisões individuais para formar sociedades (12). As justificações fundamentais das versões nacionalistas da teoria individualista derivam hoje desse discurso quase-econômico.

As teorias individualistas também assumem, é claro, forma não-racional. Em sua inversão do Iluminismo e de sua revolta contra o Utilitarismo, o Romantismo inspira teorias sobre o ator passional (p. ex., Abrams, 1971), de Wundt a Freud. Em sua versão hermenêutica, que abarca de Hegel (Taylor, 1975) a Husserl e o existencialismo (Spiegelberg,

1971), essa tradição anti-racionalista toma forma moral e frequentemente cognitiva.

As vantagens que uma posição individualista oferece são, então, muito grandes. No entanto, sua conquista têm um alto custo teórico. Esse custo decorre da perspectiva completamente irrealista dessas teorias sobre o voluntarismo na sociedade. Ao negar radicalmente o poder da estrutura social, feitas as contas, a teoria individualista não presta um serviço a liberdade. Ela encoraja a ilusão de que os indivíduos não têm necessidade de outros ou da sociedade como um todo. Também ignora que as estruturas sociais podem ser indispensáveis à liberdade. Esses custos constituem o alvo do discurso contra a teoria individualista.

Por reconhecer a existência do controle social, a teoria coletivista pode submetê-lo à análise explícita. Nesse sentido, o pensamento coletivista representa um avanço real sobre a posição individualista, tanto em termos teóricos quanto morais. A questão é saber se esse ganho, por sua vez, não foi obtido a preço inaceitável. O que perde a teoria coletivista? Como se relaciona aquela força coletiva à vontade individual, e à possibilidade de preservar o voluntarismo e o autocontrole? Para responder a essa questão decisiva, é necessário explicitar um ponto que ficou implícito até aqui. Supostos sobre a ordem não implicam em qualquer suposto sobre a ação. Por causa dessa indeterminação, há tipos muito diferentes de teoria coletivista.

Se a teoria coletivista é ou não digna de seu custo vai depender de seus supostos sobre a possibilidade da ação moral ou expressiva, logo não-racional. Muitas teorias coletivistas supõem que as ações são motivadas por formas estritas de racionalidade técnico-eficiente. Feita essa suposição, segue-se que as estruturas coletivas devem ser retratadas como externas aos indivíduos e inteiramente impermeáveis à sua vontade. As instituições políticas e econômicas, por exemplo, supostamente controlam os atores de fora, quer eles queiram ou não. Elas o fazem formulando sanções negativas ou positivas para atores que são reduzidos - qualquer que seja a natureza de seus objetivos pessoais - a calculadores de prazer e de dor. Porque tais atores supostamente respondem racionalmente a essa situação externa, os motivos são eliminados da teoria. Essa teoria supõe que a resposta do ator pode ser predita exclusivamente a partir da análise do ambiente externo. Teorias racional-coletivistas, portanto, explicam a ordem sacrificando o sujeito. Com efeito, dispensam a própria noção de um eu autônomo. Na sociologia clássica, o marxismo ortodoxo representa o exemplo mais formidável desse desenvolvimento, e as implicações coercitivas que envolvem seu discurso - reveladas, por exemplo, em referências recorrentes à "ditadura do proletariado" a às "leis da história" - geram grande controvérsia. A mesma tendência a justificar um discurso sem sujeito, contudo, também permeia a teoria neoclássica com ambições coletivas, assim como a sociologia de Weber, como demonstra a controvérsia sobre o status da "dominação".

A teoria coletivista que, ao contrário, admite a ação não-racional, percebe os atores como guiados por ideais e pela emoção. Esse mundo interno da subjetividade é inicialmente estruturado, na verdade, por seus encontros com objetos externos - os pais, professores, companheiros e livros. No processo de socialização, contudo, tais estruturas extra-individuais se tornam internas ao eu. A subjetividade só se torna um tópico da teoria coletivista se esse fenômeno da internalização é aceito. Desse ponto de vista, a interação individual se torna uma negociação entre "eus sociais". Os perigos que desafiam a uma tal teoria são exatamente os opostos aos que defrontam as teorias coletivistas de tipo racionalista. Elas tendem a envolver-se em retórica moralista e em justificações idealistas. Como tais, elas frequentemente subestimam a sempre presente tensão entre o indivíduo socializado e seu ambiente. Essa tensão certamente é mais óbvia quando o sociólogo tem que considerar um ambiente que é material na forma, possibilidade que não pode ser conceitualizada quando a teoria coletivista é formulada de modo unilateralmente normativo.

Na discussão sobre o discurso teórico recente a seguir, abordarei a questão de como os compromissos relativos aos pressupostos tem conformado o debate sociológico nos últimos vinte e cinco anos. Eles têm exercido influência, mesmo que não exista nenhuma tentativa para justificá-los discursivamente. As figuras centrais nesses debates, no entanto, buscaram tal justificação discursiva. Isso, em verdade, é o que fez deles teóricos influentes. Através de seu discurso, esses teóricos desenvolveram proposições sobre a amplitude e implicações de suas teorias, proposições essas que estipulavam "critérios de verdade" a um nível supra-empírico. Nesta secção apresentei minha concepção de quais devem ser tais critérios. Quando os aplico ao debate teórico recente, estarei frequentemente me contrapondo aos critérios de verdade dos principais participantes nesses mesmos debates. Essa é a verdadeira matéria de que o discurso das ciências sociais é feito.

Reconsiderando as Teorias Micro e Macro

É talvez por causa do foco metodológico e empírico da disciplina que a renovação massiva da teoria individualista tem sido considerada como um renascimento da "microsociologia" (13). Pois, em termos estritos, micro e macro são expressões relativas, referidas a relações parte/todo a cada nível da organização social. Na linguagem da ciência social mais recente, porém, esses termos têm sido identificados com a distinção entre tomar como foco empírico, de um lado, a interação individual e, de outro, um sistema social inteiro.

Quando Homans (1958, 1961) apresentou a teoria das trocas, ele renovou a própria posição utilitarista que constituía à base mais antiga e mais vigorosa da crítica de Parsons (1937). Homans rejeitava tanto a tradição coletivista na sociologia clássica e contemporânea quanto a tendência interpretativa na teoria individualista. Ele insistia em que as formas elementares da vida social não são constituídas por elementos extra-individuais, como sistemas simbólicos, mas por atores individuais de inclinação exclusivamente racional. Ele se detinha no que determinava comportamento subinstitucional, o comportamento de "indivíduos reais" que ele concebia como inteiramente independentes de normas socialmente definidas. Sua atenção era ocupada pelos procedimentos através dos quais os indivíduos fazem seus cálculos, assim como pelo equilíbrio entre oferta e demanda no ambiente externo do indivíduo. Na perspectiva racionalista de Homans, as forças sociais que agem sobre os indivíduos só podiam ser consideradas de modo objetificado e externo.

A teoria das trocas adquiriu enorme influência ao fazer renascer a microsociologia. Seu modelo simples e elegante facilitava a predição; seu foco no indivíduo a tornava empiricamente operacional. Ela também acolhia uma visão fundamental que Parsons e, na verdade, teóricos coletivistas de todo tipo, tinha ignorado: é através da tomada de decisões sobre os custos da troca pelos atores individuais que as "condições sociais objetivas" se articulam com a vida cotidiana dos indivíduos, instituições e grupos (14). O preço dessa conquista era, no entanto, alto, mesmo para teóricos dentro do próprio paradigma. Por exemplo, Homans (1961, p. 40, 54-55) nunca foi capaz de definir o "valor" de uma mercadoria senão de maneira circular; ele era levado a afirmar que o valor derivava do reforço de uma orientação preexistente. Sua concepção (1961, cap. 12) da justiça distributiva mostra problemas análogos; ele é forçado a referir-se a uma solidariedade irracional para definir o que poderia ser uma troca equitativa.

As outras vertentes da microteoria optavam pelo lado interpretativo. Blumer (1969) foi o responsável pelo renascimento da teoria de Mead, embora a tradição que Blumer (1937) denominou "interacionismo simbólico" adotasse o pragmatismo apenas de forma radicalmente contingente (15). Blumer insistia em que o significado é determinado pela negociação individual, na verdade pela reação dos outros ao ato do indivíduo. O ator não é percebido como portador de uma ordem coletiva previamente definida. O que define as atitudes não é a internalização, mas a relevância situacional imediata. Através da "auto-indicação" até mesmo o próprio eu dos atores se torna objeto. É o "eu" (*I*) temporalmente enraizado do ator, e não o "eu" (*me*) mais socialmente focalizado, que determina o padrão da ordem social descrito na obra de Blumer.

Os escritos mais influentes de Blumer são de forma quase inteiramente discursiva; mesmo quando programático, dedica-se mais a promover a metodologia da observação direta que à elaboração de conceitos teóricos. Goffman é que deve ser considerado o mais importante teórico empírico do movimento interacionista-simbólico. Para a maioria dos contemporâneos, a obra de Goffman parecia apenas impelir a teoria interacionista numa direção mais específica e dramática. Certamente seus primeiros trabalhos autorizam essa leitura. Em contraste com a clara linha coletivista de sua teorização posterior, Goffman (p. ex., 1959) enfatizava os desejos individuais de manipular a apresentação do eu em relação aos papéis socialmente estruturados, e procurava (1963) explicar o comportamento institucional como originado na interação face a face.

A etnometodologia, e o trabalho fenomenológico em geral, apresenta uma história mais complexa. Garfinkel foi um aluno de Schutz, mas também de Parsons, e seus primeiros trabalhos (p. ex., 1963) acolhem a centralidade da internalização. O que Garfinkel explorava em seus primeiros trabalhos era como os atores fazem suas próprias normas, isto é, sua "etno"-metodologia. Sublinhando o caráter construído da ação, ele descrevia como, através de técnicas cognitivas (Garfinkel, 1967), os indivíduos concebiam eventos contingentes e únicos como representações, ou

"índices", de regras socialmente estruturadas. Nesse processo, ele mostrou, essas regras são, na realidade, não só especificadas mas modificadas e mudadas.

À medida em que a etnometodologia se torna um movimento teórico importante, ela é forçada a justificar-se de modo mais geral e discursivo. No processo, seus conceitos se tornam mais unilaterais. Apresentando-se como comprometida com uma sociologia alternativa, passa a afirmar as "práticas dos próprios membros" acima da, e contra a, estrutura. Segundo o novo argumento, o fato de que técnicas constitutivas como a indexicalidade sejam onipresentes serve de evidência de que a ordem é completamente contingente e a prática infundável da atividade ordenada passa a ser identificada (Garfinkel *et al*, 1981) com a própria ordem social. Que esse tipo de redução individualista seja mais ou menos inerente à abordagem fenomenológica é, porém, contestado por outras tendências derivadas da escola etnometodológica. A análise conversacional (Sacks *et al*, 1974), por exemplo, considera a fala como sujeita a fortes limitações estruturais, ainda que não conceitualize esses limites de modo sistemático.

É certamente uma demonstração irônica da falta de acumulação linear em sociologia o fato de que, simultaneamente a esse ressurgimento da microteorização, surja um movimento igualmente forte na direção de trabalhos de tipo macro, coletivista, igualmente unilaterais. Esse movimento começa quando os "teóricos do conflito" se autojustificam, definindo a obra de Parsons como uma "teoria da ordem". Como os novos microsociólogos, eles também negavam a centralidade da internalização e o elo entre ação e cultura que esse conceito envolve. Ao invés de enfatizar a consciência individual como base da ordem coletiva, porém, os teóricos do conflito preferiam cortar completamente a ligação entre consciência e processos estruturais. Dahrendorf (1959) atribuía o papel ordenador central a posições de poder administrativo. Rex (1961) enfatizava os processos de alocação econômica como base do poder da classe dirigente.

Se as teorias do conflito eram as principais justificativas da posição estrutural em sua fase inicial, foi o marxismo de Althusser e seus discípulos (Althusser e Balibar, 1968; Godelier, 1967) que formulou o discurso mais refinado e influente em sua fase posterior. Partindo de Spinoza e da moderna teoria linguística e antropológica, esse marxismo estruturalista analisava os movimentos históricos como variações, transformações e encarnações particulares de princípios estruturais fundamentais. Ao invés de partir da diversidade empírica e fenomênica, da ação social, como sugeria a microteoria contemporânea, esses marxistas-estruturalistas deram a primazia ontológica e metodológica à "totalidade". Embora as ações individuais possam desviar-se dos imperativos estruturais, as conseqüências objetivas dessas ações são determinadas por estruturas que estão além do controle dos atores.

Embora tão determinista como outras variantes, este marxismo estrutural é menos diretamente econômico que elas. Ele enfatiza a mediação política das forças produtivas mais que seu controle direto (p. ex., Poulantzas). Esse discurso sobre a mediação e a "sobredeterminação" prepara o advento de uma teoria marxista de clara influência weberiana. Economistas-políticos críticos como Offe (1984 [1972]) e O'Connor (1973) analisam a função do estado na acumulação capitalista e tentam derivar os problemas e crises sociais da intervenção estatal "inevitável".

Ainda que as justificações discursivas mais importantes da nova teoria estrutural viessem da Europa, sua influência nos Estados Unidos dependeu de uma série de argumentos de alcance médio. A principal obra de Moore (1966) sobre as origens de classe das formações estatais foi a que deu maior ímpeto a essa vertente ainda que fosse muito mais classicamente marxista que o estruturalismo neoweberiano a que deu origem. A obra individual mais importante que segue a de Moore é a de Skocpol (1979). Skocpol não apenas desenvolve o que parecia uma poderosa nova lei geral de explicação das revoluções, mas ainda abre uma polêmica contra as teorias subjetivas e voluntaristas da revolução, em nome de sua teoria estrutural descrita acima. A análise de classes de Wright (1978) retoma o mesmo tema antimicro, ao atribuir as ambigüidades na consciência de classe de um grupo às "locações contraditórias de classe". Paralelamente, Treiman (1977) produz o que chama de "teoria estrutural do prestígio", que converte o controle cultural em organizacional e nega qualquer papel causal independente à compreensão subjetiva da estratificação. Em outro trabalho importante ao qual já me referi, Lieberson (1980) coloca sua explicação da desigualdade racial em termos do mesmo discurso altamente persuasivo. Ele identifica as "estruturas de oportunidade" com o ambiente material e justifica essa operação descartando a análise da volição subjetiva como conservadora e idealista.

O Novo Movimento Teórico

Os esforços para reformular a sociologia como uma disciplina orientada exclusivamente ou pela ação ou pela estrutura surgiram como resposta à frustração com as promessas não cumpridas do funcionalismo e também do desacordo fundamental sobre essas promessas. Nos anos 60 esse desafio ao funcionalismo criou um clima de crise na disciplina. No fim dos setenta, os opositores tinham triunfado, e a sociologia pareceu acalmar-se uma vez mais, numa meia-idade segura, embora um tanto fragmentada. O discurso marxista permeava os escritos sociológicos na Inglaterra e no continente. Nos Estados Unidos, uma nova secção marxista formou-se na associação nacional, e rapidamente ganhou mais membros do que a maioria das secções já estabelecidas. Seguiram-se novos grupos de sociologia política, histórica e comparada, e suas abordagens estruturalistas fizeram com que obtivessem resposta semelhante. A microteoria também granjeou enorme autoridade. Quando de seu surgimento, a etnometodologia foi confrontada por um discurso que questionava sua legitimidade fundamental e a descartava como bizarra ou corrompida (p. ex., Goldthorpe, 1973, Coleman, 1968 e Coser, 1975). Ao fim dos anos setenta, suas justificações discursivas eram aceitas por muitos dos principais teóricos (p. ex., Collins, 1981 e Giddens, 1976), e levadas a sério pela maioria dos outros. A obra de Goffman passou ainda mais rapidamente de um *status* controverso ao de clássico.

Contudo, no momento mesmo em que os outrora impetuosos opositores se tornavam o grupo dominante, quando o caráter "multiparadigmático" da sociologia deixava de ser uma arriscada profecia (p. ex., Friedrichs, 1970) para tornar-se saber convencional (p. ex., Ritzer, 1975), a fase vital e criativa desses movimentos teóricos chegava a seu fim. Na década presente, começa a tomar forma um modo surpreendentemente diferente de discurso teórico. Estimulada pelo fechamento prematuro das tradições micro e macro, essa fase é marcada por um esforço de juntar novamente a teoria sobre a ação e a estrutura. Essa tentativa vem sendo feita dentro de cada uma das tradições hoje dominantes, de ambos os lados da divisão micro/macro.

Há razões sociais e institucionais, tanto como intelectuais, para esse desenvolvimento do trabalho teórico. Um de seus fatores é o novo clima político nos Estados Unidos e na Europa. A maioria dos movimentos sociais radicais se dissolveu, e aos olhos de muitos intelectuais críticos o próprio marxismo perdeu a legitimidade moral. O impulso ideológico que, nos Estados Unidos, alimentou o discurso pós-parsoniano em sua forma micro e macro, e que justificou o estruturalismo marxista na Europa, está extinto. Nos Estados Unidos, estruturalistas outrora entusiásticos buscam meios de utilizar a análise cultural, e antigos sectários da etnometodologia tentam integrar teorias macro construtivas e tradicionais. Na Alemanha, Inglaterra e França; a nova geração, pós-marxista tem sido influenciada pela fenomenologia e pela microteoria norte-americana. A migração das idéias parsonianas para a Alemanha (Alexander; 1984) não renovou o que hoje é visto como um debate obsoleto, mas inspirou novas tentativas de reintegração teórica.

O tempo intelectual também passou, e sua passagem foi regulada pelas exigências de uma lógica antes teórica que social. Teorias parciais são estimulantes, e em certos momentos podem ser altamente produtivas. Uma vez assentada a poeira da batalha teórica, porém, não é fácil manter o conteúdo cognitivo da teoria. O revisionismo é o sinal mais seguro de dissenso teórico (16). Os que tentam defender uma tradição estabelecida são particularmente sensíveis a suas fraquezas, pois são eles que devem enfrentar as demandas por justificações discursivas que gradualmente se acumulam. Em resposta a essas questões iminentes, estudiosos e seguidores talentosos introduzem revisões *ad hoc* na teoria original e desenvolvem novos modos de discursos frequentemente inconsistentes. O problema é que, a menos que a tradição inteira seja derrubada, tais revisões acabam transformadas em categorias residuais. Os argumentos discursivos que são gerados por crítica e resposta têm, porém, uma consequência não intencional. Eles iluminam as fraquezas na tradição original. Ao fazê-lo, facilitam aberturas, ou cruzamentos, entre tradições que um dia foram claramente distintas (17). O novo movimento teórico na sociologia pode ser revelado pelo estudo do revisionismo dentro das tradições micro e macro.

Desenvolvimentos surpreendentes tiveram lugar, por exemplo, no interacionismo simbólico. Embora Goffman tivesse começado sua carreira mais ou menos dentro da tradição radicalmente contingente de Blumer, aparece em seus escritos posteriores uma mudança dramática em direção a questões estruturais e culturais. As estratégias criativas dos atores ainda são o objeto da predileção de Goffman, mas ele agora (p. ex., Goffman, 1974) se refere a elas como instâncias de estruturas culturais e de estratificação na vida quotidiana. De modo semelhante, ainda que o impacto original de Becker (1963) sobre a teoria do desvio se deva à sua ênfase na contingência e no comportamento de grupo, seu trabalho mais recente (Becker, 1984) adota uma perspectiva decididamente sistêmica da criatividade e de seus

efeitos. Na verdade, uma série de esforços de interacionistas simbólicos no sentido de sistematizar as relações entre atores e sistemas sociais apareceu recentemente. Lewis e Smith (1980), por exemplo, confrontam as justificações discursivas fundamentais dessa tradição ao sugerir que Mead, o suposto fundador da escola, era na realidade um antinomialista que tomava uma posição coletivista e não individualista. Stryker (1980, p. 52-54, 57-76) chega ao ponto de apresentar o interacionismo como basicamente uma modificação da própria teoria dos sistemas sociais (ver também Handel, 1979; Maines, 1977; Strauss, 1978; e Alexander e Colomy, 1985).

Desenvolvimentos do mesmo tipo podem ser encontrados no modelo da ação racional recolocado pela teoria das trocas de Homans. Seus estudiosos sentiram a necessidade de demonstrar que essa abordagem polemicamente micro era capaz de enfrentar os critérios de verdade gerados pela macrosociologia. Como resultado, gradualmente deslocaram o foco de sua análise das ações individuais para a transformação das ações individuais em efeitos coletivos e, por extensão, da ação intencional para a não-intencional. Assim, Wippler e Lindenberg (1987) e Coleman (1987) hoje rejeitam a idéia de que a conexão entre ações individuais e fenômenos estruturais possa ser considerada uma relação causal entre eventos empíricos discretos. Por causa da simultaneidade empírica, a ligação entre micro e macro deve ser vista como uma relação analítica fundada em processos indivisíveis no sistema mais amplo. Essa ligação analítica é operada pela aplicação de "regras de transformação", como procedimento de votação, a ações individuais.

Esse foco na transformação tem levado os técnicos a não mais considerarem as ações individuais, como objetos de análise em si mesmos mas como condições iniciais para a operação de mecanismos estruturais. Desse modo, explicações estruturais - sobre as regras de constituições (Coleman, a sair), sobre a dinâmica de organizações e relações entre grupos (Blau, 1977); sobre o sistema de distribuição de prestígio (Goode, 1979) - começam a substituir argumentos utilitários dentro da tradição micro racionalista. Teoriza-se também extensamente sobre efeitos não intencionais de ações intencionais (Boudon, 1982 e 1987) e mesmo sobre a gênese da moralidade coletiva (Ekeh, 1974; Kadushin, 1978; Lindenberg; 1983).

Ainda que Garfinkel, o fundador da etnometodologia, continue a defender um programa micro radical (Garfinkel et al, 1981), e ainda que o movimento revisionista para além da teorização unilateral seja menos desenvolvido nesta que em outras tradições micro, é impossível negar que um movimento similar permeia a sociologia fenomenológica. Cicourel, por exemplo, certamente uma das figuras-chave na primeira fase, propôs recentemente uma abordagem mais interdependente e sintética (Knorr-Cetina e Cicourel, 1981). Um movimento de "estudos sociais sobre a ciência" fundado na fenomenologia, ainda que advogando uma nova abordagem muito mais situacional da ciência, se refere rotineiramente aos efeitos de enquadramento da estrutura social (Pinch e Collins, 1984; Knorr-Cetina e Mulkay, 1983). Embora tanto Smith (1984) como Molotch (Molotch e Boden, 1985) insistam na indispensável autonomia das práticas constitutivas, eles recentemente produziram estudos significativos que demonstram como essas práticas são estruturadas pelo contexto organizacional e pela distribuição do poder. É preciso insistir em que esses esforços fenomenológicos não envolvem apenas esquemas explicativos revisados. Estão, ao contrário; profundamente envolvidos com novos modos de justificação discursiva, tentativas de incorporar os critérios de verdade de trabalhos mais estruturalistas (ver, p. ex., Schegloff, 1987).

Esforços igualmente revisionistas marcam um novo movimento para além da posição racional-coletivista, ou estrutural. Houve sempre uma abundância de contradições internas em tais teorias, contradições essas mais pronunciadas no trabalho de seus principais expoentes. Rex (1961, p. 113-128), por exemplo, admitia uma trégua eventual entre classes dirigentes e dirigidas, trégua que abriria um período de tranquilidade e a possibilidade de formas mais integrativas de socialização. O porque da superação dessa situação diante de novos e "inevitáveis" conflitos de classe foi algo que Rex sempre afirmou mas nunca explicou de modo convincente.

Sempre que Althusser tenta persuadir seus leitores de que, correspondente à autonomia relativa dos sistemas políticos e ideológicos, haveria uma determinação econômica "em última instância" (Althusser, 1970), sua teoria geralmente precisa se perde numa densa bruma metafísica. A insistência de Skocpol (1979: 3-15) em que as explicações não estruturalistas são individualistas nunca foi justificada discursivamente, e a subordinação da ideologia revolucionária à estratégia conjuntural mais que a causas sociológicas (Skocpol, 1979, p. 164-173) revela as fraquezas de seu argumento, embora permita manter uma coerência aparente.

Apenas recentemente, porém, esses movimentos na lógica teórica têm se manifestado através da revisão aberta

e por esforços de incorporar modos discursivos manifestamente diferentes. Do lado norte-americano da escola estruturalista, Moore começa a escrever sobre as fontes subjetivas, mais que sobre as objetivas, da fraqueza da classe trabalhadora (Moore, 1978) e sobre o sentimento de injustiça dos proletários, mais que sobre a própria injustiça objetiva. Uma vez que a mudança nos argumentos de Skocpol foi mais rápida e teoricamente autoconsciente, ela ilustra de maneira mais sugestiva o novo movimento teórico. Foi numa tentativa de explicar a revolução iraniana que Skocpol (1982) levantou pela primeira vez a possibilidade de que as causas religiosas fossem comparáveis às econômicas e políticas. Num esforço recente de justificar sua posição diante dos argumentos de um crítico culturalista (Sewell, 1985), ela cede terreno discursivo, apesar de insistir (Skocpol, 1985) em que as explicações culturais devem ter uma marca realista e proto-estrutural.

Nos últimos cinco anos, na verdade, observa-se um extraordinário impacto cultural no que até recentemente era um domínio estruturalista da história social. Sewell e Hunt, outrora dedicados à versão da sociologia do conflito de Tilly, são hoje adversários da sociologia histórica de tipo estrutural. Seus escritos se converteram em fontes para um discurso alternativo mais cultural (Sewell, 1985; Hunt, 1987) e suas explicações das mudanças revolucionárias na sociedade francesa se contrapõem diretamente aos modelos estruturais e propostas causais (Sewell, 1980; Hunt, 1984) (18). Darnton (1984), outrora o expoente norte-americano da "cultura material" dos *Anales*, hoje oferece critérios interpretativos para a verdade histórica e para reconstruções culturais do mito popular como história. A "nova história social" se desvincula da outrora nova sociologia estrutural. Para muitos historiadores mais jovens, essa história parece velha e sua definição como "social" excessivamente restrita.

Cada vez mais os historiadores se baseiam na antropologia e não na sociologia (19). Nesse campo limítrofe, cultura e significado assumem um lugar cada vez mais central, como atesta a enorme influência de Geertz (1973), Turner (1969) e Douglas (1966). Por trás desse desenvolvimento na antropologia está o renascimento dos estudos culturais em geral (ver, p. ex., Alexander e Seidman, 1988). Esse desenvolvimento sustentou-se pelo interesse renovado na filosofia hermenêutica, pelo florescimento da semiótica e do estruturalismo, e pela introdução de uma nova versão da Sociologia de Durkheim, com maior ênfase no simbólico (ver, p. ex., Wuthnow et al., 1984; Zelizer, 1985; Alexander, 1987d). A sociologia apenas começa a ser significativamente afetada por essa mudança em seu ambiente intelectual. Os novos rumos no trabalho de Skocpol são uma importante indicação de que a mudança começa a ser sentida. O recente aparecimento de trabalhos polemicamente antiestruturais em sociologia histórica (Calhoun, 1982, e Prager, 1986) promete aprofundar esse desenvolvimento. No momento em que escrevo está sendo formada uma nova seção cultural na *American Sociological Association*, e novos trabalhos de sociologia macro cultural progridem (p. ex., Wuthnow, 1987, e Archer, a sair). Ainda que essa tendência cultural na macrosociologia norte-americana não se ligue diretamente ao movimento antimaterialista nos últimos trabalhos de Gouldner, eles o complementam de forma clara e reveladora. No ataque persistente ao "marxismo objetivo" que Gouldner (1982) disparou pouco antes de sua morte, ele clamava por uma apreciação renovada da tradição voluntarista na sociologia norte-americana. Somente essa tradição antiestrutural, ele acreditava, é capaz de teorizar sobre uma sociedade civil autônoma, contra o estado e a economia.

Esse desafio desigual mas persistente à teoria e explicações estruturalistas nos Estados Unidos tem seu paralelo no discurso crítico contra o marxismo estrutural na Europa. Em *The Poverty of Theory* (1978), Thompson abriu uma polêmica contra o althusserianismo em nome de uma teoria crítica voluntarista e culturalmente centrada. Responsabilidade moral por um comportamento político radical só poderia ser sustentada, ele acreditava, sobre essa base teórica revista. Esse ensaio serviu de estopim para o que veio a tornar-se uma inversão radical na sensibilidade teórica. Por exemplo, em seu ainda mais citado artigo, Michael Mann (1970) atacava as versões liberal e marxista da teoria do consenso como superestimadoras da ideologia, e clamava por uma abordagem mais puramente estrutural ao problema do consentimento da classe trabalhadora. No trabalho seguinte, ele continuava a dedicar-se a questões organizacionais como mercados de trabalho (Mann & Blackburn, 1979) e financiamento estatal (Mann, 1979). Seu trabalho atual - uma reconsideração abrangente das origens do poder social - assinala um afastamento decisivo dessa perspectiva. Não só o poder é redefinido de modo pluralista, mas ligações ideológicas desempenham um papel fundamental. Discutindo o papel histórico da cristandade, Mann (1986, p. 507) reconhece que "identifiquei uma (rede) como necessária para tudo o que se seguiu." Para Perry Anderson (1986), resenhista de Mann no *Times Literary Supplement* e ele próprio um líder do movimento estrutural na Inglaterra, esse movimento na direção do cultural não foi suficiente. Para a perspectiva atual de Anderson, Mann ainda "se aproxima demais da característica confusão moderna que simplesmente iguala poder e cultura" e ele recomenda que a cultura seja considerada de modo ainda mais

independente.

Fora da Inglaterra ocorrem turbulências semelhantes no edifício estruturalista. Na Europa Oriental (comparar, por exemplo, Sztompka, 1974, e Sztompka, 1984, 1986, a sair), Escandinávia (Eyerman, 1982, 1984), França (Touraine, 1977) e Itália (Alberoni, 1984), teóricos outrora simpáticos aos argumentos marxistas afastam-se das contradições que limitam a ação em direção dos movimentos sociais que respondem a elas. O marxismo de escolha racional de Elster (1985) pode ser considerado como um esforço similar de evitar o determinismo, mas sua compreensão estritamente racionalista da ação tem sido asperamente criticada (por exemplo, Lash e Urry, 1985; Walzer, 1985) por sua incapacidade de incorporar a luta moral de movimentos sociais críticos.

Essa revolução contra o marxismo nasce do movimento pós-estruturalista originado na França. Embora em princípio tão crítico do estruturalismo simbólico como da redução marxista, o principal impacto da teoria pós-estruturalista nas ciências sociais tem sido a redução da influência da direção marxista na teoria crítica. Na teoria de Foucault (p. ex., 1970), formações discursivas substituem modos de produção. Na de Bourdieu (p. ex., 1986), o capital cultural substitui o capital de tipo tradicionalmente econômico. Na de Lyotard (1984) o papel de narrativas culturais sobre a racionalidade e rebelião de atores históricos substitui explicações que supõem a racionalidade e relacionam a rebelião somente à dominação (20).

Há um movimento igualmente importante contra o marxismo na Alemanha, e esse tem tido maiores efeitos sobre a prática da sociologia. A referência é à mudança drástica na teoria de Habermas, que se afasta do marxismo em direção ao que denomina "teoria comunicativa". Discutirei as idéias de Habermas no contexto mais amplo das mudanças na teoria geral, e com essa discussão concluo minha apresentação do novo movimento teórico na sociologia.

De uma macroperspectiva, a teoria geral tem ocupado sempre uma posição especial na ciência social. É esse modo relativamente abstrato e basicamente especulativo que atinge os recessos da disciplina. Ela ajuda a orientar a sociologia dando-lhe, se não um reflexo de si mesma, pelo menos um reflexo de suas aspirações. Em anos recentes, o trabalho dos teóricos gerais mais discutidos evidenciou uma mudança decisiva no sentido da rejeição do estruturalismo unilateral. Os primeiros trabalhos de Giddens (1971) eram uma continuação da tendência estruturalista da teoria do conflito e do neomarxismo, mas no final dos anos setenta sua obra sofre uma mudança de curso fundamental. Ele se convenceu da necessidade de uma teoria complementar da ação. Construindo a partir da insistência fenomenológica sobre a natureza reflexiva da atividade humana, ele desenvolve uma teoria da "estruturação" (1985), cujo objetivo é entretecer a contingência, a estrutura material e regras normativas. O desenvolvimento de Collins mostra trajetória semelhante. Embora mais interessado que Giddens na etnometodologia, Collins apresenta em seus primeiros trabalhos (1975) uma defesa da sociologia estruturalista do conflito. Em anos recentes, por contraste, abraça a microssociologia radical, tanto fenomenológica, como "goffmaniana".* Collins agora acredita que cadeias de rituais de interação fazem a mediação entre a estrutura social e a ação contingente.

Também Habermas começou sua carreira com um modelo tipicamente macroestrutural da dinâmica social (Habermas, 1973). Embora existam nesse primeiro trabalho claras referências a elementos morais e a diferentes tipos de ação, esses elementos são residuais em relação a seu modelo pesadamente político-econômico da vida institucional. Em sua obra mais recente, porém, Habermas (1984) desenvolve explícita e sistematicamente teorias sobre os processos micro e normativos subjacentes, e muitas vezes opostos, às macroestruturas dos sistemas sociais. Ele utiliza o desenvolvimento moral e cognitivo individual para ancorar sua descrição das fases históricas do "aprendizado social", descrições de atos de linguagem para desenvolver argumentos sobre a legitimidade política, e a concepção de um mundo-vivido gerado interpessoalmente para justificar sua explicação empírica da resistência e da tensão social.

O que falta a esses argumentos macroteóricos é uma concepção robusta de cultura. Habermas se afasta dos sistemas culturais porque a noção introduz um elemento de arbitrariedade e irracionalidade a cada estágio concebível da vida histórica. Giddens e Collins não podem abraçá-la porque, influenciados pela microssociologia, concebem o ator de modo discreto e excessivamente reflexivo (21). Contrariamente a essas tentativas, meu próprio trabalho começou por um compromisso com a instância cultural. Argumentei (Alexander, 1982b) que, porque faltava a Marx a percepção de Durkheim sobre a estrutura dos sistemas simbólicos, sua teoria radical era de molde inerentemente coercitivo. Sugerir que a sociologia política de Weber seguia a trilha marxista (Alexander, 1983a), porque sua concepção da sociedade moderna rejeitava a possibilidade de totalidades culturais integrativas. Defender desse modo a

significação da cultura equivale a reconhecer a importância central das contribuições teóricas de Parsons, particularmente a diferença que estabelece entre cultura, personalidade e sociedade. No trabalho referido, porém, também segui Parsons em sua negligência em relação à ordem num sentido individual. De então para cá, voltei-me mais diretamente à teorização nas tradições micro (Alexander, 1985b, 1987b, Alexander e Giesen, 1987 e Alexander, a sair). Esbocei um modelo que concebo a ação como o elemento contingente do comportamento, que pode ser analiticamente diferenciado da mera reprodução. Essa ação pode ser concebida como fluindo em ambientes simbólicos, sociais e psicológicos. Esses ambientes, por sua vez, se interpenetram com o ator empírico concreto, que não é mais identificado com a ação puramente contingente, como acontece tipicamente nas tradições da microteoria.

O novo movimento teórico na sociologia avança em diversas frentes e sob vários nomes. Continuará a fazê-lo enquanto não se extinguir a energia de seu movimento pendular. Do meu ponto de vista, a chave para seu avanço continuado é um reconhecimento mais direto da centralidade do significado coletivamente estruturado, ou cultura. Há um abismo crescente entre a maioria das novas tendências sintéticas em teoria geral, de um lado, e a atenção à teoria da cultura que tem caracterizado a nova teorização macro em suas formas mais substantivas, de outro. Apenas se os teóricos gerais estiverem preparados para entrar no campo dos "estudos culturais" - equipados, é claro, com seu instrumental sociológico - é que a ponte pode ser gradualmente construída sobre o abismo. Desta vez, porém, a teorização sobre a cultura não pode degenerar em camuflagem para o idealismo. Nem deve ser cercada por uma aura de objetividade que esvazia a criatividade e a rebelião contra as normas (22). Se esses erros forem evitados, o novo movimento em sociologia terá uma chance de desenvolver uma teoria verdadeiramente multidimensional. Essa será uma contribuição permanente ao pensamento social, mesmo que não possa impedir a volta do pêndulo.

NOTAS:

1 - Pode-se observar esse efeito, por exemplo, no trabalho recente de Krepis (p. ex. 1985, 1987). Dedicado ao objetivo prático de desenvolver explicações na pesquisa de desastres, sente-se compelido a envolver-se num ambicioso programa de teorização geral e a tornar explícito seu envolvimento ao nível dos pressupostos, isto é, ao nível menos empírico.

2 - Certamente o próprio Kuhn (1970) teria sido o primeiro a insistir em que sua redefinição da ciência natural não lhe negasse um caráter relativamente objetivo e cumulativo, e em que a ciência, social nem remotamente se aproximou dessa condição.

3 - Essa é a razão porque tantas das primeiras aplicações das idéias de Kuhn à sociologia (por exemplo, Friedrichs, 1970) parecem hoje tão exageradas. Elas proclamavam revoluções numa disciplina em estado contínuo de profundo desacordo e de revolução teórica.

4 - A esse respeito, Wagner e Berger (1984) e Wagner (1984) estão certos ao enfatizar as semelhanças entre as ciências duras e as outras em termos de progresso científico. Por outro lado, quando separam drasticamente programas de pesquisa explicativa do que chamam de "estratégias orientadoras", perderia de vista a qualidade discursiva e generalizada do argumento na ciência social e, portanto, a base inerentemente relativista em que todo progresso nas ciências sociais necessariamente se funda.

5 - O problema não é simplesmente que Wallace - que fornece a mais clara ilustração recente desse ponto de vista - esteja errado em forçar a teoria social no molde da ciência natural. É que ele toma a reconstrução lógica de como a ciência natural deveria proceder por um mapa de como a boa ciência se faz efetivamente. Essa estratégia de reconstrução começou com os positivistas lógicos de Viena, cuja ambição filosófica consistia em excluir do pensamento filosófico idéias especulativas e não-empíricas. Quaisquer que sejam seus méritos filosóficos - e eles são reais, embora limitados - essa lógica não deve ser considerada como fundante da própria prática científica. Praticantes da ciência nunca foram capazes de conceber seu próprio trabalho nesses termos - ou mesmo nos termos poperianos - e essa incapacidade tem dado uma das mais fortes motivações ao crescimento de concepções pós-positivistas da natureza da ciência natural. Este ensaio partilha desse espírito; ele constitui uma tentativa de compreender o que a teoria da ciência social realmente é, e não o que alguns de seus críticos desejariam que ela fosse. Qualquer programa crítico para a teoria sociológica deveria ser formulado dentro de uma compreensão de seu caráter distintivo. Nos termos do debate recente em filosofia moral e política (p. ex., Williams, 1986; Walzer, 1987), essa é uma posição internalista, por oposição à posição externalista, mais abstrata, assumida pelos críticos empiricistas da sociologia, fundados na "lógica da ciência".

6 - É uma demonstração da seriedade de Smelser como pesquisador o fato de que ele mesmo apresenta os dados que, por assim dizer, ultrapassam sua própria teoria. (Ver Walby, 1986.) Isso não é comum, pois a sobredeterminação dos dados pela teoria freqüentemente torna a evidência contrária invisível, tanto para os próprios cientistas sociais como para seus críticos.

7 - Sewell (1985) demonstrou cabalmente para o caso francês essa lacuna nos dados de Skocpol.

8 - Como a versão específica das ciências sociais da tematização que, segundo Habermas (1984), fica além de todo esforço de argumentação racional.

9 - Algumas das implicações de maior alcance desta concepção discursiva das ciências sociais não cabem neste ensaio. Uma das mais importantes é de que ela explica por que os clássicos continuam a ser tão centrais para a estrutura e argumentos da ciência social. Discursos que não são puramente factuais devem ser avaliados de acordo com padrões acessíveis a todos na disciplina e que não precisam ser formalmente articulados. Para responder a essa necessidade, essas disciplinas definem como "clássicos" um pequeno número de trabalhos. O universo de que esses clássicos podem ser escolhidos depende no entanto de seu alcance intelectual. Quanto mais nos afastamos da ciência natural - e quanto mais critérios discursivos de verdade se tornam tópicos explícitos de discussão - tanto mais as formulações decisivas de verdade dependem de qualidades intelectuais (gênio pessoal, sensibilidade, etc.) que não são cumulativas no sentido empiricista. E foi por ter aceito o modelo da ciência natural que Merton (1967) negou a centralidade dos clássicos. De uma perspectiva discursiva, no entanto, sua distinção entre a história e a sistemática da teoria sociológica não pode ser aceita. Desenvolvo essa discussão sobre o papel dos clássicos num artigo (Alexander, 1987a) em que me baseei nesta discussão.

10 - A afirmação de que o racional e o irracional têm informado tradições claramente distintas na história, do pensamento social aparece em escritores tão diferentes como Parsons (1937), Huges (1958) e Habermas (1971).

11 - A posição de Giddens (p. ex. Giddens, 1976) é marcada por uma reação desmesurada contra a má-interpretação-padrão da posição de Durkheim. Essa reação o levou a uma posição superindividualista na questão da ordem.

12 - Em seu sutil ensaio sobre as origens da teoria econômica, Hirschman (1971) mostra que as teorias do contrato, que enfatizam as trocas do mercado, têm origem numa luta contra o poder arbitrário de déspotas e reis. Entretanto, ele também sugere que, em seus primórdios, por exemplo em Montesquieu, essas teorias do contrato têm uma inclinação relativamente social e freqüentemente normativa e emocional, pois supõem que tais trocas fundadas no auto-interesse devem civilizar instintos humanos passionais e freqüentemente destrutivos. A base inicial para esse protótipo de teoria individualista e nacionalista, então, é claramente cultural e coletiva. À medida que a teoria do mercado se desenvolve, porém, ela se torna mais puramente materialista, e a noção de que trocas contratuais tenham qualquer relação com motivos subjetivos desaparece. Essa reconstrução documenta historicamente a crítica teórica que desenvolvo adiante, a saber de que o tópico da vontade é inteiramente eliminado pelas teorias nacionalistas e individualistas.

13 - Ver Alexander e Giessen (1987) para uma perspectiva histórica das mudanças na teorização da ligação micro-macro. O mesmo trabalho contém ainda uma descrição mais detalhada e sistemática das questões analíticas envolvidas. Utilizo esse ensaio para muitos dos argumentos neste desenvolvidos.

14 - Ao explicar o sucesso da teoria das trocas não quero subestimar a forma e a eloqüência bombástica das justificativas discursivas de Homans em sua defesa. Sua primeira apresentação da teoria (Homans, 1958) é puramente discursiva, e aparece em seu conhecido discurso presidencial na *American Sociological Association*. Na grande introdução à sua coleção de ensaios (Homans, 1962), ele desenvolve novas formas de discurso biográfico e ideológico para justificar a teoria das trocas. Sua notável dedicação ao desenvolvimento de justificações discursivas para a teoria das trocas revela-se ainda em sua recente autobiografia (Homans, 1984) que, como procurei sugerir (Alexander, 1987), cria uma série de referências não inteiramente exatas através das quais a teoria das trocas é apresentada como psicológica, moral, científica e historicamente inevitável.

15 - Lewis e Smith (1980) demonstram esse ponto de modo sistemático - em sua brilhante reinterpretação da história da teoria social pragmática nos Estados Unidos. O fato de que, desde sua publicação, esse livro tenha se tornado extremamente controverso aponta, em minha opinião, para o perigo que seu argumento oferece para as justificações discursivas do interacionismo simbólico à moda de Blumer.

16 - Em outro trabalho, apliquei essa concepção de revisionismo às tradições clássicas e parsoniana (Alexander, 1982b; 1983a; 1983b) e ao trabalho de Kuhn (Alexander, 1982c). Elaborei essa concepção de revisionismo nas tradições teóricas contemporâneas muito mais detalhadamente em Alexander, 1987b.

17 - Eisenstadt (Eisenstadt e Curelaru, 1976) foi um dos primeiros sociólogos a mostrar sensibilidade para a possibilidade desses cruzamentos. Como funcionalista dedicado ao desenvolvimento de novas formas de discurso teórico, ele indicou tentativas similares que apareciam em outras tradições. Como estava comprometido com uma concepção explicativa e basicamente empiricista da ciência social, porém, percebia essas aberturas como parte do progresso linear da sociologia, e não como uma fase no movimento pendular de uma disciplina que é tanto discursiva quanto explicativa.

18 - Outro exemplo revelador do confronto entre a nova história cultural e a outrora nova história social pode ser encontrado na relação entre as análises de Berenson e de Weber sobre o comportamento dos camponeses na França do século dezenove. Weber, por muito tempo um dos principais proponentes da história social a despeito de sua posição política moderada, publicou um grande trabalho (1976) sugerindo que a mentalidade atrasada e conservadora dos camponeses franceses se transformara no final do século XIX como resultado do desenvolvimento tecnológico e econômico. Berenson, politicamente mais liberal e mais alinhado com os movimentos intelectuais recentes, resenhou o livro de Weber e o criticou por seu materialismo. O próprio trabalho de Berenson (1984) sobre as origens da revolução de 1848 enfatiza, ao contrário, o

papel crucial desempenhado pelos camponeses e como sua consciência se transformou através da participação que tiveram nos movimentos cristãos radicais que envolveram grande parte da França rural no início do século XIX.

19 - Essa nova preocupação com a teoria antropológica se reflete na edição inteira da *American Historical Review* dedicada ao "Estado da história", publicada como Rabb e Rotberg, 1982. Uma seção principal é dedicada à relação entre antropologia - definida em termos distintivamente culturais - e história (ver os artigos de Bernard C. Coëen, John N. Adams, Natalie Z. Davis e Carlo Ginsberg, p. 227 e 291). No centro dessa relação está Clifford Geertz, cuja obra teve enorme impacto nos Estados Unidos tanto sobre a história, da Europa como sobre a da América. Sewell passou cinco anos no Instituto de Estudos Avançados onde Geertz é uma das figuras dominantes. Darnton, membro do departamento de história de Princeton, conduziu seminários com Geertz durante muitos anos. Um jovem estudioso da história da América, Sean Wilentz, reconhece o papel central de Geertz nos seminários do Davis Center (também em Princeton), dos quais Wilentz (1985) se baseou para sua recente coleção de ensaios sobre ritual e poder. Geertz, por sua vez, estudou com Parsons e embora seu trabalho tenha se tornado culturalista desde então, sua proeminência dá ainda outra indicação de que o discurso da ciência social retorna à trilha sintética que Parsons sempre defendeu.

20 - O pensamento pós-estruturalista já atinge a sociologia inglesa, como indicam os escritos recentes de Thompson (1984) e Lasch (1985).

*Ele também se moveu em direção do "último Durkheim".

21 - Como observou Archer (1985b), essa separação exagerada entre os indivíduos e seu ambiente é o outro lado da freqüente ênfase de Giddens na materialidade coercitiva da estrutura social.

22 - Esses, é claro, são os erros que Parsons cometeu há duas gerações em sua tentativa de sintetizar as escolas sociológicas em conflito. De qualquer maneira, é o mesmo tipo de esforço - sintetizar ação e estrutura, cultura e força material - a que a nova geração de teóricos se dedica. Não deve ser surpreendente, pois, que uma das formas que esse movimento assume seja um renovado interesse na teoria parsoniana. Mesmo nas vertentes mais ortodoxas desse renascimento, o impacto do novo movimento pode ser encontrado. Embora Luhmann (1979) tenha elevado o macroconceito radical de "sistema" a novas alturas, não se deve esquecer que ele explica a própria existência de sistemas por referência a microprocessos fundamentais, que ele identifica como a necessidade existencial do indivíduo de reduzir a complexidade. Em seu trabalho mais recente sobre sistemas autopoieticos (Luhmann, 1987), além disso, ele faz da dialética entre micro e macro a própria essência das sociedades modernas. Essa ênfase representa uma grande influência nos importantes esforços de Munch (1981-1982) no sentido de reformular a teoria dos sistemas de Parsons. Embora geralmente crítico das tradições micro radicais - e nesse sentido seguindo a ênfase de Parsons no coletivo - ele passa a incorporar a contingência em seus modelos quadridimensionais revisados de uma forma que Parsons nunca contemplara. Em seu recente trabalho em defesa do estudo da cultura na macrosociologia, Archer (1985a) parece retornar à abordagem de Parsons de modo menos ortodoxo (cf. os ensaios em Alexander, 1985b). A cultura só pode ser recolocada, afirma ela, se se evitar a fusão de padronização cultural com equilíbrio social. O argumento é elaborado em seu próximo livro, *Culture And Agency*, que representa uma excelente tentativa de reintroduzir a cultura na teoria sociológica geral (ver também, a este respeito, Wuthnow et al, 1984).

Bibliografia

ABRAMS, M. H. *Natural Supernaturalism*. New York, Norton, 1971.

ALBERONI, Francesco. *Movement and Institution*. New York, Columbia University Press 1984.

ALEXANDER, Jeffrey C. *Positivism, Presuppositions and Current Controversies*. Vol. 1 de *Theoretical Logic in Sociology*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1982a.

_____. *The Antinomies of Classical Thought: Marx and Durkheim*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1982b.

_____. "Kuhn's Unsuccessful Revisionism: A Rejoinder to Selby". *Canadian Sociological Review*, 7, 1982c.

_____. *The Classical Attempt at Synthesis: Max Weber*. Vol. 3 de *Theoretical Logic in Sociology*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1983a.

_____. *The Modern Reconstruction of Classical Thought: Talcott Parsons*. Vol. 4 de *Theoretical Logic in Sociology*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1983b.

_____. "The Parsons Revival in Germany". In: COLLINS, R. (ed.). *Sociological Theory*. San Francisco, Jossey-Bass, 1984.

_____. "The Individualist Dilemma in Phenomenology and Interaction". In: EISENSTADT, S. N. & HALLE (eds.). *Macrosociological Theory*.

Beverly Hills e London, Sage, 1985a.

_____(ed.) *Neofuncionalism*. Beverly Hills e Londres, Sage, 1985b.

_____. "On the Centrality of the Classics". In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (eds.) *Social Theory Today*. London, Macmillan, 1987a.

_____. *Twenty Lectures on Sociological Theory: Talcott Parsons and his Critic in the Postwar Period*. New York, Columbia University Press, 1987b.

_____. Science, Sense and Sensibility (Review Essay)". *Theory and Society* 15, 1987c.

_____. (ed). *Durkheimian Sociology*. New York, Cambridge University Press, 1987d.

_____. *Action and Its Environments: Towards a New Synthesis*. New York, Columbia University Press, a sair.

_____ & COLOMY, Paul. "Towards Neofunctionalism: Eisenstadt's Change Theory and Symbolic Interaction". *Sociological Theory*, n. 3, 1985.

_____ & GIESSEN, Bernhard. "From Reduction to Linkage: The Long View of the Micro-Macro Link". In: ALEXANDER, GIESSEN, MUCH, Richard & SMELSER, Neil (eds.) *The Micro-Macro Link*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1987.

_____ & SEIDMAN, Steven (eds.). *Culture and Society: Contemporary Debates*. New York, Cambridge University Press, 1988.

ALTHUSSER, Louis & BALIBAR, Etienne. *Reading 'Capital'*. London, New Left Books, 1970.

ANDERSON, Perry. "Those in Authority" (resenha de MANN, Michael, *The Origins of Social Power*)*Times Literary Supplement*, dez. 12, 1986.

ARCHER, Margaret. "The Myth of Cultural Integration". *British Journal of Sociology* 36, 1985a.

_____. "Structuration versus Morphogenesis". In: EISENTADT & HALLE (eds.) *Macrosociological Theory*. Beverly Hills e London, Sage, 1985b.

_____. *Culture and Agency*. London, Cambridge University Press, a sair.

BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. Glencoe, Ill., Free Press. 1963.

_____. *Art Worlds*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1984.

BERENSON, Edward. *Populist Religion and Left-Wing Politics in France, 1830-1852*. Princeton, Princeton University Press, 1984.

BLAU, Peter M., BLUM, Terry C., & SCHWARTZ, Joseph E. "Heterogeneity and Intermarriage". *American Sociological Review* 47, 1982.

_____, _____ & _____. *Inequality and Heterogeneity*. New York, Pree Press, 1977.

BLUMER, Herbert. "Social Psychology". In: SCHMIDT, E. D. (ed.). *Man and Society*. New York, Prentice-Hall; 1937.

_____. "The Methodological Position of Symbolic Interactionism". In: BLUMER. *Symbolic Interactionism*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice Hall, 1969.

BOUDON, Raymond. *The Unintended Consequences of Social Action*. New York, St. Martin's, 1982.

_____. "The Individualistic Tradition in Sociology". In: ALEXANDER, GLIESEN, B., MUNCH, R., & SMELSER; N. (eds.) *The Micro-Macro Link*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1986.

CALHOUN, Craig. *The Question of Class Struggle: The Social Foundations of Popular -Radicalism*. Chicago, University of Chicago Press, 1982.

- COLEMAN, James. "Review Symposium on Harold Garfinkel's Studies in Ethnomethodology". *American Sociological Review* 33, 1968.
- _____. "Toward a Social Theory of Constitutions", a sair.
- COLLINGWOOD, Charles. *Metaphysics*. London, 1940.
- COLLINS, Randall. *Conflict Sociology*. New York, Academic Press, 1975.
- _____. "On the Microfoundations of Macrosociology". *American Journal of Sociology* 88, 1981.
- _____. "The Conflict Tradition in Durkheimian Sociology", In: ALEXANDER, J. C. (ed.). *Durkheimian Sociology/Cultural Studies*. New York, Cambridge University Press, 1987.
- COSER, Lewis. "Presidential Address: Two Methods In Search of a Substance". *American Sociological Review* 40, 1975.
- DAHRENDORF, Ralf., *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford, Stanford University Press, 1959.
- DARNTON, Robert. *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History*. New York, Vintage, 1984.
- DOUGLAS, Mary. *Purity and Danger*. London, Penguin, 1966.
- DURKHEIM, Émile. *The Rules of Sociological Method*. New York, Free Press, 1937 (1895).
- EISENSTADT, S. N. & CURELARU, M. *The Forms of Sociology: Paradigms and Crises*. New York, Wiley, 1976.
- EKEH, Peter K. *Social Exchange Theory: The Two Traditions*. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1974.
- ELSTER, Jan. *Making Sense of Marx*. New York, Cambridge University Press, 1985.
- EYERMAN, Ron. "Some Recent Studies of Class Consciousness". *Theory and Society* 11, 1982.
- _____. "Social Movements and Social Theory". *Sociology* 18, 1984.
- FOUCAULT, Michel, *The Order of Things*. London, Tavistock, 1970.
- FRIEDRICH, Robert. *A Sociology of Sociology*. New York, Free Press, 1970.
- GARFINKEL, Harold. "A Conception of and Experiments with 'Trust' as a Condition of Concerted Stable Actions". In: HARVEY, D. J. (ed.) *Motivation and Social Interaction*, New York, Ronald Press, 1963.
- _____. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1967.
- _____, LYNCH, Michael, & LIVINGSTON, Eric. "The Work of Discovering Science construed with Materials from the Optically Discovered Pulsar". *Philosophy of Social Science* 11, 1981.
- GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Culture*. New York, Basic Books, 1973
- GIDDENS, Anthony. *Capitalism and Modern Social Theory*. New York, Cambridge, University Press, 1971.
- _____. *New Rules of Sociological Method*. New York, Basic, 1976.
- _____. *The Constitution of Societies*. London, Macmillan, 1985.
- GODELIER, Maurice. "System, Structure and Contradiction in 'Capital'". In: MILIBAND, Ralph & SAVILLE, John (eds.). *The Socialist Register*. 1967.

- GOFFMAN, Erving. *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York, Doubleday, 1959.
- _____. *Behavior in Public Places*. New York, Free Press, 1963.
- _____. *Frame Analysis*. New York, Harper and Row, 1974.
- GOLDTHORPE, John. "A Revolution in Sociology?". *Sociology* 7 (3), 1973.
- GOODE, William J. *The Celebration of Heros: Prestige as a Social Control System* Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1979.
- GOULDNER, Alvin. *The Two Marxisms*. New York, Seabury, 1982.
- HABERMAS, Jurgen. *Knowledge and Human Interests*. Boston, Beacon Press, 1971.
- _____. *Theory and Practice*. Boston, Beacon Press, 1973.
- _____. *Reason and the Rationalization of Society*. Vol. 1 de *The Theory of Communicative Action* Boston, Beacon, 1984.
- HIRSCHMAN, Albert. *The Passions and the Interests*. Princeton, Princeton University Press, 1977.
- HOLTON, Gerald. *Thematic Origins of Scientific Thought: Kepler to Einstein*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1973.
- HOMANS, George. "Social Behavior as Exchange". *American Journal of Sociology*, 62, 1958.
- _____. *Social Behavior: Its Elementary Forms*. New York, Harcourt, Brace and World, 1961.
- _____. "Introduction". In: *Sentiments and Activities*. New York, Free Press, 1962.
- HOMANS, George. *Coming to My Senses*. New Brunswick, N. J., Transaction, 1984
- HUGHES, H. Stuart. *Consciousness and Society*. New York, Random House, 1958.
- HUNT, Lynn. *Politics, Culture and Class in the French Revolution*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1984.
- _____. "The Sacred and The French Revolution". In: ALEXANDER, J. C. (ed.) *Durkheimian Sociology/Cultural Studies*. New York, Cambridge University Press, 1987.
- KADUSHIN, Charles. "Cast Thy Bread Upon the Waters for Though Shalt Find It After Many Days: Notes on Motivation in Network Behavior". Graduate Center, City University of New York, não publicado, 1978.
- KNORR-CETINA, Karen & CICOUREL, Aaron (eds.). *Advances in Social Theory and Methodology. Towards an Integration of Micro and Macro-Sociology*. London, Routledge and Kegan Paul, 1981.
- _____ & MULKAY, Michael. (eds.). *Science Observed: New Perspectives on the Social Study of Science*. Beverly Hills e London, Sage, 1983.
- KREPS, Gary. "Classical Themes, Structural Sociology and Disaster Research". In: DYNES, R. R. & PELLANDA, Carlo (eds.). *Sociology of Disasters*. Gorizia, Italy, Franco Angelli, 1987.
- _____. "Disaster and Social Order: Definition and Taxonomy". *Sociological Theory* 3 (Primavera), 1985.
- KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, University of Chicago Press, 2.a ed., 1970.
- LASH, Scott. "Postmodernity and Desire". *Theory and Society*, 14, 1985.
- _____ & URRY, John. *Sociology*. 1984.

- LEWIS, J. David & SMITH, Richard L. *American Sociology and Pragmatism: Mead, Chicago, Sociology and Symbolic Interactionism*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.
- LIEBERSON, Stanley. *A Piece of the Pie*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1980.
- LINDENBERG, Ziegfried. "The New Political Economy: Its Potential and Limitations for the Social Sciences in General and Sociology in Particular". In: SEDUR, Wolfgang (ed.). *Ökonomische Erklavungsozialen Verhalten*. Duisberg, Sozialwissenschaftliche Kooperative, 1983.
- LUHMANN, Niklas. *Trust and Power*. New York, Wiley, 1979.
- _____. ""The Evolutionary Differentiation between Society and Interaction". In: ALEXANDER, J. C., et al. *The Micro-Macro Link*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1987.
- LYOTARD, Jean-François. *The Post-Modern Condition*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1984.
- MAINES, Davis. "Social Organization and Social Structure in Symbolic Interactinist Thought". *Annual Review of Sociology* 3, 1977.
- MANN, Michael. "The Social Cohesion of Liberal Democracy". *American Sociological Review* 35, 1970.
- _____. "State and Society, 1130-1815: An Analysis of English State Finances". In: Zeitlin, Maurice (ed.). *Political Power and Social Theory*. Greenwich, Conn., JAI Press, vol. 1, 1979.
- _____. *The Origins of Social Power*. Vol. 1 de *A History of Power form the Beginning to AD 1760*. London, Cambridge University Press, 1986.
- _____ & BLACKBURN, Robin M. *The Working Class in the Labor Market*. London, Macmillan, 1979.
- MERTON, Robert K. "On the History and Systematics of Sociology". In: *Social Theory and Social Structure*. New York, Free Press, 1967.
- MOLOTCH, Harvey & BODEN, Deirdre. "Talking Social Structure: Discourse, Domination, and Watergate Hearings". *American Sociological Review* 50, 1985.
- MOORE, Barrington. *The Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston, Beacon Press, 1966.
- _____. *Injustice: The Social Bases of Obedience and Revolt*. New York, ME Sharpe, 1978.
- MUNCH, Richard. "Talcott Parsons and the Theory of Action". *American Journal of Sociology*, partes I e II, 1981-82.
- O'CONNOR, James. *The Fiscal Crisis of the State*. New York, St. Martin's, 1973.
- OFFE, Claus. *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1984 (1972).
- PARSONS, Talcott. *The Structure of Social Action*. New York, Free Press, 1937.
- PINCH, T. J. & COLLINS, H. M. "Private Science and Public Knowledge" *Social Studies in Science* 14, 1984.
- PRAGER, Jeffrey. *Building, Democracy in Ireland: Political Order and Cultural Order in a Newly Independent Nation*. New York, Cambridge University Press, 1986.
- REX, John. *Key Problems in Sociological Theory*. London, RKP, 1961.
- RITZER, George. *Sociology: A Multi-Paradigm Science*. Boston, 1975.
- RABB, Theodore K. & ROTBERG, Robert I. *The New History: The 1980s and Beyond*. Princeton, Princeton University Press, 1982.
- SACKS, Harvey, SCHEGLOFF, Emmanuel A. & JEFFERSON, Gail. "A Simplest Systematics for the organization of Turn-Taking for Conversation". *Language* 50, 1974.

- SCHEGLOFF, Emmanuel. "Between Macro and Micro: Contexts and other Connections". In: ALEXANDER, J. C. et al. *The Micro-Macro Link*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1987.
- SEIDMAN, Steven. "Beyond Presentism and Historicism: Understanding the History of Social Science". *Sociological Inquiry* 53, 1983.
- SEIDMAN, Steven. "Classics and Contemporaries: The History and Systematics of Sociology Revisited". In: *History of Sociology*. A sair.
- SEWELL, William Jr. *Work and Revolution in France*. New York, Cambridge University Press, 1980.
- _____. "Ideologies and Social Revolutions: Reflections on the French Case." *Journal of Modern History* 57, 1985.
- SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions*, New York, Cambridge University Press, 1979.
- _____. "Rentier State and Shi'a Islam in the Iranian Revolution." *Theory and Society* 11, 1982.
- _____. "Cultural Idioms and Political Ideologies in the Revolutionary Reconstruction of State Power: A Rejoinder to Sewell." *Journal of Modern History* 57, 1985.
- SMELSER, Neil. *Social Change in the Industrial Revolution*. Chicago, University of California Press, 1959.
- SMITH,, Dorothy. "Textually Mediated Social Organization." *International Social Science Journal* 36, 1984.
- SPIEGELBERG, H. *The Phenomenological Movement A Historical Introduction*. The Hague, Martinus Nijhoff, 2 vols., 1971.
- STRAUSS, Anselm. *Negotiations: Contexts, Process and Social Order*. San Francisco, Jossey-Bass, 1978.
- STINCHCOMBE, Arthur. *Constructing Social Theories*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1968.
- _____. *Theoretical Methods in Social History*. New York, 1978.
- STRYKER, Sheldon. *Symbolic Interactionism: A Social Structural Version*. Menlo Park, Cummings, 1980.
- SZTOMPKA, Piotr. *System and Function*. New York, Academic Press, 1974.
- _____. "The Global Crisis and the Reflexiveness of the Social System." *International Journal of Comparative Sociology* 23 (1-2), 1984.
- _____. "The Renaissance of Historical Orientation in Sociology." *International Sociology* 1, 1886.
- _____. "Social Movements: Structure in Statu Nascendi". *International Sociology*, a sair.
- TAYLOR, Charles. *Hegel*. New York, Oxford University Press, 1975.
- THOMPSON, John B. *Studies in the Theory of Ideology*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1984.
- TOURRAINE, Alain. *The Self-Production of Society*. Chicago, University of Chicago, 1977.
- TREVOR-ROPER, H. R. "Religion, the Reformation and Social Change." *Historical Studies* 4, 1965.
- TREIMAN, Don. *Occupational Prestige in Comparative Perspective*. New York, Wiley and Sons, 1977.
- TURNER, Jonathan. "Review: The Theory of Structuration." *American Journal of Sociology* 91, 1986.
- TURNER, Victor. *The Ritual Process*. Chicago, Aldine, 1969.

WAGNER, David G. *The Growth of Sociological Theories*. Beverly Hills e London, Sege, 1984.

WAGNER; David G. & BERGER, Joseph. "Do Sociological Theories Grow?" *American Journal of Sociology* 90, 1984.

WALBY, Sylvia. *Patriarchy at Work*. London, Macmillan, 1986.

WALLACE, Walter L. *The Logic of Science in Sociology*. Chicago, Aldine, 1971.

WALZER, Michael. "Review of Jan Elster, *Making Sense of Marx*." *New York Review of Books*, 21 nov., vol. 32, 1985.

_____. *Interpretation and Social Criticism*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1987.

WEBER, Eugene. *Peasants into Frenchman*. Stanford, Stanford University Press, 1976.

WEBER, Max. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. 1958 [1904-05].

WILENTZ, Sean (ed.). *The Rites of Power*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1985.

WILLIAMS, Bernard. *Ethics and the Limits of Philosophy*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1985.

WIPPLER, R. & LINDENBERG, S. "Collective Phenomena and Rational Choice." In: ALEXANDER et al. (ed.) *The Micro-Macro Link*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1987.

WRIGHT, Erik Olin. *Class, Crisis, and the State*. London, New Left Books, 1978.

WUTHNOW, Robert. *Meaning and Moral Order: Explorations in Cultural Analysis*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1987.

_____, KURZWEIL, Edith, HUNTER, James & BERGESEN, Albert. *Cultural Analysis* London, Routledge and Kegan Paul, 1984.

ZELIZER, Viviana. *Pricing the Priceless Child*. New York, Basic, 1985.

Texto apresentado no X Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, realizado em outubro de 1986, em Campos do Jordão, SP. Originalmente preparado para publicação em SMELSER, N. J. & BURT, R. (eds.). *Handbook of Sociology*. Beverly Hills and London, Sage Publications, no prelo.

Traduzido do inglês por Plínio Dentzien.